Esquerda Socialista

Director: Augusto Mateus | Órgão do Movimento de Esquerda Socialista | Ano I N.º 24/ 8 Abril 1975 | Preço 3$00

o MES não assina o pacto proposto pelo MFA porque

"A DEMOCRACIA BURGUESA NÃO SE CONTROLA — ATACA-SE!"

O M.E.S. sempre considerou e considera a aliança dos oficiais progressistas do M.F.A. com os trabalhadores em movimento e em luta como fundamental para o avanço do processo revolucionário, para que as transformações tornadas possíveis após o 25 de Abril se façam efectivamente no sentido da defesa dos interesses dos trabalhadores e da classe operária.

O M.E.S. **sempre encarou e encara o M.F.A. como um movimento dinâmico, reflectindo em si os avanços e recuos da luta de classes, e não como algo de estático, contendo em si posições contraditórias e tantas vezes antagónicas como no 28 de Setembro e no 11 de Março.**

O M.E.S. **sempre defendeu e defende que nunca o M.F.A. se poderá substituir às massas populares,** competindo-lhes, sim, abir os espaços políticos favoráveis para a sua actuação que, sob a direcção da classe operária, será a única via do caminho da democracia, da liberdade e da satisfação das necessidades dos trabalhadores, isto é, da luta pelo socialismo, contra a exploração e a opressão.

O M.E.S. sempre defendeu e defende que a luta consequente contra a reacção capitalista passa pelo combate à base económica capitalista da nossa sociedade, pelo efectivo saneamento militar e civil, pelo castigo exemplar dos oficiais golpistas, conspiradores e reaccionários e pela ilegalização dos partidos fascizantes.

O M.E.S. **sempre defendeu e defende que o M.F.A. se devia abrir aos soldados, marinheiros, sargentos e milicianos** para que mais democrático fosse o seu funcionamento e para que mais capacidade tivesse de resposta às transformações sociais, económicas e políticas em curso em Portugal, mas o M.E.S. sempre entendeu essa abertura como algo de ligado à história concreta da resposta progressista do M.F.A. à reacção capitalista e não como algo de formal.

O M.E.S. **sempre alertou e alerta para os perigos, e os intentos contra-revolucionários que estão por detrás da profissionalização das Forças Armadas** (retirando-lhe as características que pode adquirir durante a guerra colonial e no período que se seguiu ao 25 de Abril e a forte presença de elementos não profissionais).

O M.E.S. **sempre exigiu e exigirá não só a discussão, pública, prévia e democrática pelos trabalhadores de todas as leis que lhe dizem respeito** (e lembre que muitas leis foram feitas, após o 25 de Abril, nas costas dos trabalhadores, o que só favoreceu o patronato e a reacção capitalista), **como o conhecimento efectivo de todas as manobras conspirativas e reaccionárias no seio das Forças Armadas o que pressupõe inquéritos totais que vão até ao fundo dos acontecimentos, seja quem for que seja atingido, seja quem for que esteja implicado.** Tal não foi feito no 28 de Setembro, **tal terá que ser feito no 11 de Março** sob pena de se entravar o avanço do processo revolucionário.

Porque o M.E.S. é uma organização revolucionária, consequente na defesa dos interesses dos trabalhadores, não tomando atitudes oportunistas, não assina pactos num dia para os pôr em causa no dia seguinte, e cumprindo aquilo a que se obriga.

Porque a clarificação política que se está a seguir ao golpe reaccionário do 11 de Março é manifestamente insuficiente face à necessidade de se responder ao avanço da ofensiva da reacção capitalista.

Porque o M. E. S., consequente no internacionalismo proletário que defende, não pode desligar os entraves que a descolonização sofre em Angola perante a criminosa arremetida do imperialismo e do seu agente F.N.L.A. contra o M.P.L.A. e o povo angolano e a passividade das Forças Armadas portuguesas, do Alto Comissário e das estruturas locais do M.F.A., da evolução política e da luta a travar aqui em Portugal.

Continua na pág. 3

nos Lanifícios e Vestuário
operários afrontam os patrões

Na sequência das lutas há muito empreendidas, por iniciativa agora do sindicato, parou em todo o País a laboração durante meia-hora no dia 7 do corrente.

A razão próxima deste acto de força foi o facto do grémio ter interrompido as negociações em curso, onde os trabalhadores exigem o horário de quarenta horas semanais, um mês de férias, décimo terceiro mês e o salário mínimo de 5250$00.

Parece que o patronato está mais interessado em discutir o assunto na «legalidade» que espera conseguir após as eleições.

Com esta paragem, os operários avisam o patronato oportunista, confiante no «socialismo em liberdade», do que para eles valem as patranhas capitalistas.

A pretexto desta acção a nível nacional, o Esquerda Socialista visitou uma das muitas fábricas em interrupção de trabalho, na margem sul do Tejo, onde se inteirou dos problemas específicos aí vividos e do modo coeso como estes trabalhadores entendem que esta luta deve ser conduzida.

Ameaçados permanentemente de verem as portas da fábrica fechadas, estão agora na eminência de passar ao regime de subemprego — quatro dias de trabalho por semana.

Tudo o que ali se produz (soutiens e cintas) é para exportação. Toda a matéria-prima, equipamento e peças da manutenção são importados.

O patrão, na Alemanha, onde possui outras fábricas do ramo, pode assim falar de alto (e de longe) a estas centenas de raparigas cuja força do trabalho tem sido mina de ouro e a quem agora ameaça com a miséria.

Mas talvez, desta feita, a este senhor e seus comparsas semeados pelo País, o tiro saia pela culatra. É que os operários, organizados nas fábricas com as suas Comissões de Trabalhadores, e um sindicato seu e à altura, estão mesmo apostados em avançar, não permitindo golpadas demagógicas.

---

1 — No passado sábado o descanso decidido pelos trabalhadores foi seguido a 100 por cento no sector dos lanifícios e na maioria esmagadora do sector das tinturarias e lavandarias;

2 — Ontem dia 7, de acordo com a decisão dos trabalhadores em assembleia sindicais, os trabalhadores do sector do vestuário paralizarão o trabalho em todo o país durante 30 minutos, entre as 11 e as 11,30 horas, como primeiro aviso demonstrativo da sua força e determinação de conquistar o seu Contrato e o que consta da Moção que à frente se refere — os trabalhadores deste sector são cerca de 80.000 em todo o país, pelo que se trata da maior paralização jamais verificada;

3 — Em reunião geral dos sócios deste Sindicato, realizada dia 6, com a presença de cerca [illegible] trabalhadores, foi aprovada por unanimidade e aclamação a Moção que se junta em anexo;

4 — Os trabalhadores da indústria de lanifícios da zonas de Lisboa decidiram paralizar igualmente o trabalho ontem dia 7 entre as 11 e as 11,30 como forma de solidariedade activa com os camaradas do vestuário.

Os trabalhadores das Indústrias: Têxteis e Malhas, Tinturarias e Lavandarias, Vestuário e Lanifícios, presentes na reunião geral realizada no I.S.T. em Lisboa, no dia 6 de Abril de 1975.

Continua na pág. 4

Esquerda Socialista

Continuação da pág. 1

O M.E.S. entende que a manutenção do M.F.A. como centro fundamental do poder político e da actual divisão de poderes é um factor importante de manutenção das possibilidades de avanço do processo político em curso.

É por isso que o M.E.S. não pode ver este pacto desligado do avanço prévio dos seguintes pontos:

a) Inquérito do 11 de Março

b) Saneamento nas F.A.

c) Funcionamento da Assembleia do M.F.A.

d) Reestruturação das F.A.

O M.F.A. propõe aos partidos um pacto que quanto ao Movimento de Esquerda Socialista, mais do que a formalização de uma aliança política entre cada um dos partidos e o M.F.A, representa uma **tentativa de conciliação política entre organizações.**

Essas organizações não só representam e defendem interesses de classe diversos, contraditórios e até mesmo antagónicos, como, pela sua prática nos meses decorridos desde o 25 de Abril, têm mostrado ter posições muito diferentes em relação ao M.F.A., ao avanço do processo revolucionário, à luta pelo socialismo e pela independência nacional.

O M.F.A. propõe aos partidos um pacto que, como todos os compromissos assumidos por representantes do capital nacional e internacional, **será por estes respeitado enquanto a força assim o obrigar; se, no decorrer do chamado «Período de Transição», a relação de forças se alterar, tal pacto será imediatamente furado pelos partidos da burguesia.** Passar-se-á em relação a este pacto o mesmo que se passa em Angola a propósito do encontro do Alvor: as forças imperialistas como a F.N.L.A. e a Unita, pela violência sistemática violam o estabelecido; o M.P.L.A. a querer manter-se fiel aos compromissos assumidos vê-se cada vez mais pressionado e agredido.

O M.F.A. propõe aos partidos um pacto que quando ao Movimento de Esquerda Socialista **não representa o avanço que se impunha depois da derrota da conspiração reaccionária de 11 de Março.** Este pacto é fundamentalmente defensivo e o M.F.A. vê-se obrigado a utilizá-lo como forma de minimizar os custos políticos que os trabalhadores e as forças progressistas pagarão com a realização de eleições para a constituinte nos moldes previstos.

O M.F.A. propõe aos partidos um pacto que representa a tentativa de controle pelo M.F.A. da democracia burguesa. Ora, quanto ao Movimento de Esquerda Socialista, **a democracia burguesa não se controla, ataca-se.** Esta é a única garantia do nosso país caminhar para o socialismo e não para um regime autoritário de fachada mais ou menos democrática ou mais ou menos «socializante» mas que, de uma forma ou de outra, apenas reflectirá novas formas na exploração e opressão da classe operária e dos seus aliados históricos.

Para o Movimento de Esquerda Socialista a luta pela organização das massas populares em torno dos seus objectivos imediatos e históricos, a contribuição para a construção do Poder Operário Popular, a luta pela Assembleia Popular, órgão verdadeiramente representativo dos interesses políticos dos trabalhadores, a mobilização popular em torno de importantes objectivos como a transformação da natureza e funções das Forças Armadas de forma a que estas assegurem a defesa dos trabalhadores, são prioridades tácticas e organizativas.

O Movimento de Esquerda Socialista considera o M.F.A. e o seus órgãos (Conselho da Revolução, Assembleia de Delegados) **como instituições transitórias, com poderes que só se forem transitórios contribuirão para que o socialismo seja uma realidade em Portugal. Quando se fundirem organizadamente os órgãos de Poder Operário e Popular, estarão criadas as condições para que o M.F.A. deva deixar de existir. É para esse objectivo estratégico que os revolucionários civis e militares devem caminhar, e, deste modo deverão dedicar as suas forças à construção do Poder Operário e Popular e ao estabelecimento,** em moldes correctos, de aliança das massas populares com o M.F.A. Para o Movimento de Esquerda Socialista este pacto não serve tais objectivos.

Assim, depois de profunda discussão sobre o significado e a importância do pacto proposto pelo M.F.A. aos partidos, o Movimento de Esquerda Socialista decidiu não o assinar.

Tal atitude é quando a nós a única consequente com a linha política que sempre defendemos e com a forma como encaramos a aliança das massas populares com o M.F.A., com a possibilidade de mantermos uma posição importante e autónoma no avanço do processo revolucionário. **Esta posição não representa nem uma alteração na nossa posição em relação ao M.F.A. nem uma atitude esquerdista ou purista, derivada de dogmas ou princípios abstractos. Esta decisão resulta sim da consciência que a prática da luta de classes nos tem ensinado de qual o nosso papel histórico na luta contra a exploração capitalista e contra o imperialismo, pelo socialismo, pela independência nacional e pelo internacionalismo proletário.**

Angola: o saque começou !

As duas moções que publicamos, directamente recebidas de Angola, são documentos-vivos do que ali se passa.

Que cada um tire as lições devidas do que significa imperialismo e exploração.

1 — Nós, abaixo assinados, Médicos Militares do Exército Português, quando em serviço no Hospital Militar de Luanda, em 26 de Março de 1975.

1 — Presenciámos a chegada a este hospital e prestámos os primeiros socorros a duas dezenas de feridos por armas de fogo, a grande maioria dos quais eram civis;

2 — De todas as vítimas, recolhemos idêntico testemunho, nomeadamente:

a) Eram pessoas de várias origens e etnias, cujo número inicial era superior a uma centena e que foram apreendidos em diversos pontos da via pública da cidade de Luanda, nos dias 22 e 23 de Março por elementos do E.L.N.A.;

b) Foram acusados de pertencerem ao M.P.L.A., ou de terem participado nas desordens entre a população civil e o E.L.N.A.; foram sequestrados no Centro de Informação do E.L.N.A. e, em seguida, transferidos para o Forte de S. Pedro da Barra;

c) Daí foram transferidos para algures, na área do Caxito, onde se foi procedendo à sua execução sumária;

d) Algumas vítimas, tendo-se recusado a seguir os seus captores foram alvejadas quando jaziam em pilha, tendo-se registado sobreviventes que mais tarde puderam abandonar o local e ser recolhidos;

Em face da gravidade do que se expõe e da ampla evidência de genocídio, perpetrado sobre a população civil da cidade de Luanda, do que este, receamos, é, talvez, um exemplo, pedimos **um urgente e rigoroso inquérito aos acontecimentos, e a adopção das mais enérgicas medidas antes que tais actos de bestialidade nazi se generalizem e se instale um clima de terror fascista.**

2 — A S. Ex.ª O ALTO COMISSÁRIO DA REPÚBLICA PORTUGUESA

Um grupo de trabalhadores da Saúde, médicos, enfermeiro e pessoal para-médico (técnico e auxiliar), dos Hospitais Universitário de Luanda e S. Paulo (serviço de urgência)...

Considerando:

1.º — Que desde há alguns meses tem sido submetido a condições de trabalho incompatíveis com o exercício da profissão, mais concretamente:

a — A entrada abusiva de elementos armados nos locais de observação e tratamento de doentes admitidos de urgência;

— A intimidação verbal ou por armas de fogo do pessoal destes hospitais quando convidados a abandonar os ditos locais;

c — As acusações repetidas acompanhadas de ameaças de repressão ao pessoal de serviço, de que os doentes conduzidos por estes elementos armados não são devidamente tratados, por pertencerem a determinado movimento de libertação, o que além de falso, atenta a dignidade profissional dos trabalhadores da saúde destes hospitais;

d — A tentativa de subtrair o médico do serviço de urgência para prestação de declarações do tipo policial.

2.º — Que a partir do dia 3 de Março de 1975, as condições de trabalho se agravaram, tendo as suas instalações sido por várias vezes submetidas a fogo intenso, o que obrigou a transferência de doentes das enfermarias para os corredores, chegando-se mesmo ao cúmulo da ocupação militar da morgue do Hospital de S. Paulo.

Considerando, por outro lado;

1.º — Que nos dias 23, 24, 25, 26 e 27 de Março de 1975, as vias de acesso aos Hospitais Universitário e S. Paulo de Luanda (serviço de urgência), se tornaram extremamente difíceis pela instalação de controles militares na Avenida do Brasil, por forças não integradas, exigindo identificação, obrigando a desvios de trajecto, inclusivé a ambulâncias

2.º — Que até ao dia 25 se fez estranhamente sentir a ausência de tropas portuguesas ou integradas, nos locais de acesso aos hospitais, ou nos momentos de fogo.

Considerando, finalmente;

1 — Que o pessoal médico e para-médico dos Hospitais Universitário e S. Paulo de Luanda (serviço de urgência), não pode manter-se indiferente ao ocorrido em Luanda nos dias 23, 24, 25, 26 e 27 de Março de 1975, por recusar qualquer cumplicidade para com os crimes cometidos, nomeadamente:

a — Aparecimento de cadáveres civis atingidos por armas de fogo, com as mãos manietadas atrás das costas;

b — Aparecimento de dezenas de feridos civis atingidos na via pública, em suas casas por balas ou estilhaços de granadas, por espancamento, e com sinais de tentativa de enforcamento;

2 — Que a responsabilidade destes crimes parece incumbir, pelas declarações de dezenas de feridos e dos seus familiares à F.N.L.A. (U.P.A.).

O grupo de trabalhadores de Saúde, signatários desta exposição, exige:

1.º — **Que seja posto termo, imediatamente e com o vigor necessário às violações** dos locais de trabalho destes hospitais, às intimidações, ameaças e dificuldades de acesso a que, actualmente, estão submetidos;

2.º — **Que seja instalado um dispositivo de segurança que impeça que às instalações destes hospitais tenham acesso elementos armados ou que as referidas instalações sejam ocupadas, parcial ou totalmente por forças não integradas;**

Sob pena de graves consequências à prestação do serviço médico de urgência que é único serviço da população de Luanda.

Declara:

1 — **Repudia firmemente os crimes perpetrados durante os dias 23 a 27 de Março de 1975 sobre a população indefesa.**

2 — **Ter sido informado pelas declarações dos feridos e dos familiares acompanhantes que a responsabilidade destes actos incumbem à F.N.L.A.;**

Pelo que sugere que um inquérito exaustivo e público seja aberto para se determinar as responsabilidade.

Luanda, 28 de Março de 1975

Os militantes e aderentes activistas do Núcleo de Portalegre do Movimento de Esquerda Socialista e das restantes células distritais, reunidos em reunião plenária no dia 29/3/75, decidem que:

— considerando que ultimamente se tem verificado uma escalada reaccionária na ex-colónia portuguesa de Angola;

— Considerando que na origem dos últimos acontecimentos estão movimentos que sempre foram considerados como baluartes da opressão imperialista;

— considerando que mesmo após o acordo da Penina, este foi por várias boicotado pelos referidos movimentos;

Reiteram o seu incondicional apoio militante ao MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA (M. P. L. A.) único e justo representante do Povo de Angola.

— ABAIXO O IMPERIALISMO!

— VIVA O M. P. L. A. legítimo representante do povo angolano!

A VITÓRIA É CERTA!

Portalegre 29/3/75

NÚCLEO DE PORTALEGRE DO M. E. S.

CASAS — SIM! BARRACAS — NÃO!

Um dos muitos bairros chamados de barracas de Lisboa onde os moradores têm desenvolvido uma luta organizada pelo realojamento, após o 25 de Abril, é o bairo das Fonsecas.

Este bairro tem cerca de 250 barracas e 1500 pessoas e localiza-se perto do Hospital de St. Maria.

Vamos transcrever em seguida uma conversa que tivemos com um dos elementos da Comissão de Moradores e que foi transmitida na Rádio Renascença, sexta-feira, 4 de Abril, às 22.50 como forma de divulgar a luta dos moradores da Quinta das Fonsecas e de outros bairros de Lisboa.

Esclarecemos desde já que as posições aqui defendidas o são a título pessoal e não representam necessariamente as posições da Comissão de Moradores (que não foi globalmente ouvida).

P. Podíamos começar por dar uma ideia do que tem sido a vossa experiência aqui nas Fonsecas principalmente após o 25 de Abril.

R. A partir do 25 de Abril começou-se com um núcleo pequeno, inicialmente 4-5 pessoas a trabalhar ajudadas por alguns estudantes. Os primeiros contactos que tivemos foi com a J.S.N. O primeiro aspecto que iniciou a nossa luta foi para deixarmos de pagar renda, pois isto é terreno particular e a senhoria exigia o pagamento de 200$00 para aluguer do terreno. Isto passou-se à cerca de 1 ano, antes do 25 de Abril. Tentámos dialogar com a senhoria, mas ela nunca apareceu.

Conseguido o nosso objectivo iniciámos a luta tentando resolver um outro problema: o da água. Antes do 25 de Abril não tinhamos qualquer chafariz e o local de onde nos abasteciamos estava situado a cerca de 1 km. Pois agora já conseguimos arranjar cinco chafarizes e estamos em vias de conseguir instalar mais alguns. **O passo mais difícil foi conseguir ganhar a confiança das pessoas, que eram muito desconfiadas,** mas agora depois destes primeiros avanços as pessoas começaram a aderir à comissão e mobilizaram-se. Hoje nas Assembleias de Moradores temos praticamente toda a população do bairro presente.

P. Gostaria que nos desse uma ideia de como funcionam essas Ass. de Moradores. Quantas vezes se realizam, etc.

R. As Ass. de Moradores surgiram logo desde o início, e todos os sábados nos reunimos com a população para pôr ao corrente de todas as iniciativas que a Comissão pense encetar.

As Comissões deviam existir em todos os bairros, mas em ligação estreita com as decisões da Ass. de Moradores, pois é a única forma de serem verdadeiramente representativas dos interesses das pessoas que moram no bairro.

P. Como vês a situação nos outros bairros, qual o apoio que as Comissões de Moradores mais bem organizadas (como aqui no caso das Fonsecas) podem dar a outros bairros onde a organização está mais atrasada?

R. Há cerca de 30 bairros em Lisboa, mas só 5 ou 6 têm Com. de Moradores a funcionar verdadeiramente em ligação com as populações. Quanto ao apoio que poderemos dar, está em formação uma Intercomissão que agrupa as várias comissões do Bairro de Lata (neste momento aderiram 3 ou 4) que iniciaram já um trabalho de coordenação.

P. Gostaria que explicasses se te referes a bairros onde existem graves problemas de habitação ou se falas de todas as Comissões de Moradores existentes em Lisboa.

R. Refiro-me só às comissões de bairros de lata onde existem péssimas condições de alojamento e não àquelas que estão ligadas a zonas burguesas.

Isto justifica-se porque nós lutamos pela construção de casas condignas para nós e para os nossos filhos, onde possamos viver, enquanto nas zonas burguesas eles já têm casas e se batem pela criação de zonas verdes, mudança de calcetado, etc. coisas que para nós não são de interesse imediato.

P. Em relação ao vosso bairro penso que após o 11 de Março já foram expropriados os terrenos necessários para a construção de novas casas. Portanto os problemas que se põem a vocês já não estão ligados ao terreno mas sim à construção das casas. Quais são os problemas que vês para iniciar a construção do bairro e quais as medidas que pensam tomar para os resolver?

R. Em relação às expropriações, sempre nos batemos por elas porque o terreno onde habitamos não é próprio para a construção de casas. Pensámos num terreno perto da segunda circular mas encontrámos dificuldades na Câmara. Isto porque existem ainda lá senhores que querem entravar o processo e nos responderam que seria a edificação de uma zona negra no meio de Lisboa. Nós perguntamos: o que é mais negro, bairros de lata ou um bairro social?

Passado o 11 de Março esses mesmos senhores já aceitaram o nosso projecto. Não sabemos bem porquê... Já se está no processo de expropriação, faltando o projecto para o novo bairro, mas teremos que exigir que a Câmara trabalhe melhor na questão das infra-estruturas.

P. Para além do problema das infra-estruturas vocês vão ter depois o problema da construção do bairro. Pensam que deverão ser ainda empresas privadas a construí-lo aumentando assim os seus lucros, inclusivamente à custo das vossas rendas, ou vêem outra solução?

R. Pode haver outro processo. O Estado poderá aproveitar para a construção destes bairros empresas nacionalizadas como o J. Pimenta e o Xavier de Lima que dispõem de técnicos habilitados para o efeito.

P. Como sabes têm-se verificado ocupações em Lisboa e em outras cidades. Gostaria que nos desses a tua opinião acerca disto. Assim, o que pensas do facto de existirem tantas casas não ocupadas há muito tempo? Como pensas que devem ser distribuídas, qual a tua posição em relação às casas que já estão ocupadas por famílias que não dispõem de outra habitação?

R. Quanto às casas que estão vazias, muitas delas para demolir, devido aos senhorios quererem continuar através de novas habitações a auferir de largos lucros explorando os trabalhadores, penso que deveriam ser todas ocupadas. Deveria existir uma comissão de ordenamento da sua ocupação, ditribuindo-as às famílias mais necessitadas, com mais filhos, e vivendo em piores condições. Isto porque as pessoas que ocupam as casas vivem quase todas em péssimas condições e portanto precisam delas. Mas também há no meio delas tipos oportunistas que vivendo menos mal as ocupam para as alugar àqueles que vivem em situação de alojamento desesperada.

Nos casos como os de Campo de Ourique onde os senhorios destruíram completamente as casas, pensamos que deveriam ser castigados. **Castigo esse que consistiria na expropriação dos prédios.**

As pessoas deveriam ter procedido a uma ocupação ordenada através das tais comissões pois assim evitariam ser desalojadas pela Polícia. Poderiam manifestar-se de modo a mostrar que as ocupações eram feitas apenas porque precisavam de uma casa para viver.

Curraleira

A população da Curraleira decidiu ocupar casas para remediar a situação dos alojados pelo incêndio. E assim na noite de sábado para domingo (dia 6 de Abril) na Rua de Entrecampos cerca de trinta famílias encontraram alojamento provisório. As condições em que vivem neste momento não são das melhores porque se por um lado um tecto os abriga, por outro o incêndio destruiu-lhes tudo (e já era muito pouco) o que possuíam.

Mas a população da Curraleira não acabou aqui as ocupações de casas vagas. Continuarão a procurar casas para as restantes famílias e a distribuí-las de uma forma organizada.

O Movimento de Esquerda Socialista apoia a justa luta dos moradores dos bairros de lata, pelo fim das barracas, por casas decentes para todos os trabalhadores. É criando formas de poder popular também na habitação, comissões de moradores, cooperativas de habitação, que os habitantes dos bairros de barracas avançarão na luta anticapitalista, contra a exploração do homem pelo homem.

O MES apoia assim as ocupações organizadas de casas, em que sejam as populações dos bairros a decidir da distribuição das pessoas consoante o número do agregado familiar, do local de trabalho, etc.

Após o incêndio de 31 de Março no bairro de lata da Curraleira, que destruiu o pouco que possuíamos, temos vivido ansiosamente à espera do realojamento em casas decentes tal como o presidente da Câmara Municipal de Lisboa em frente de muitos de nós havia prometido.

Há uma semana que dormimos em tendas de campanha instaladas na Escola Cesário Verde.

Estamos cansados de suportar tantas privações, fartos que nos mintam e que nos acenem com promessas que depois não cumprem.

Assim, a CML que se havia prontificado em nos realojar em dois ou três dias, ainda hoje nada fez para que isso acontecesse.

Por isso, **decidimos provisoriamente ocupar casas vagas e permanecer nelas até que a Câmara satisfaça tudo aquilo que nos prometeu, isto é, o realojamento das setenta famílias sinistradas num total de trezentas pessoas, e a construção de casas para o povo.**

Pedimos o apoio e solidariedade da população de Lisboa para a nossa luta que só terminará quando estivermos alojados em casas decentes.

A Comissão de Moradores
5-4-75

Cacém:
Comissão de Moradores já tem sede!

Realizou-se, no passado domingo, dia 6 de Abril, um Plenário das Comissões de Moradores dos Bairros de Colaride, Fonte das Eiras e Simões, de Agualva-Cacém, onde foi aprovada por unanimidade uma proposta de ocupação imediata de uma antiga garagem, adaptada clandestinamente por um explorador do povo, à habitação, sem que tenha as mínimas condições para servir como tal, e que se encontrava abandonada e devassada há mais de um ano.

O Povo decidiu em Plenário o seu destino. A construção clandestina passaria a Sede das Comissões de Moradores e logradouro para um Parque Infantil, que servirá uma população de cerca de 5000 habitantes.

Passando à acção imediata a população tomou as instalações, procedendo à desmatação do logradouro, limpeza e arrumação da casa e reparação do telhado, bem como à montagem de piquetes de vigilância: assim surge mais um processo de luta e de criação de poder popular.

Lanifícios e Vestuário: melhores condições de trabalho

Face à grave situação que se verifica no ramo, e que motivou a intervenção das negociações do contrato colectivo, os trabalhadores das indústrias de têxteis e malhas, tinturarias e lavandarias, vestuário e lanifícios reuniram-se, dia 6, no Instituto Superior Técnico, tendo debatido longamente os seus problemas. No final aprovaram a moção que transcrevemos:

Considerando que os contratos colectivos de trabalho e portaria que regulam as suas condições de trabalho datam do tempo do fascismo e vigoram já há mais de 3 anos, tendo-se entretanto modificado radicalmente as suas condições de vida;

Condiderando que o salário mínimo nacional actualmente em vigor, para lá de já ser insuficiente em Maio de 1974, com a subida galopante do custo de vida entretanto verificada é agora miserável e não permite a satisfação mínima das necessidades fundamentais dos trabalhadores e suas famílias;

Considerando que os trabalhadores deste sector (280.000) para lá de serem dos mais miseravelmente pagos e dos que suportam condições de trabalho mais duras, não têm beneficiado de regalias sociais já generalizadas como sejam as de um período de férias, com duração e remuneração, que permita uma efectiva recuperação de um ano de trabalho intenso; ou do descanso ao sábado e que quanto a esta reivindicação ela é não só já generalizada como para as indústrias têxteis é recomendada pela OIT desde 1937 em convenção que Portugal nunca assinou;

Considerando que as Associações Patronais têm vindo no decorrer das negociações a assumir posições que demonstram claramente o seu reaccionarismo, manifesto nas mais diversas manobras dilatórias com vista ao sucessivo adiamento das negociações e à posição rígida de nos negar aquilo de que eles sempre beneficiaram e a que nós temos pleno direito, pois sendo nós quem tudo produz temos direito a uma vida mais digna;

Considerando que da parte de muitas empresas se verifica um actuação de nítida sabotagem do processo de transformação do país iniciado em 25 de Abril — no que se destacam as grandes empresas multinacionais que depois de durante anos nos pilharam tentam agora fazer chantagem com o nosso direito ao trabalho, dizendo claramente que da depois das eleições o país continuar a orientar-se numa via de defesa dos interesses dos trabalhadores, se irão embora e nos lançarão no desemprego;

Considerando tudo isto **decidem:**

1. Exigir das Associações patronais que as negociações se concluam antes das eleições, pelo que não consentirão em mais nenhum atraso nas mesmas;

2 — **Manifestar a sua firme decisão de conquistar um Contrato que sirva efectivamente os seus direitos e interesses** pelo que desde já avisam as associações patronais que recorrerão a todas as formas de luta necessárias a impor a imediata satisfação das reivindicações contidas nos projectos contratos apresentados pelos sindicatos:

3 — Exigir desde já a plena satisfação das reivindicações que ao serem analisadas nas negociações levaram à suspensão destas, nomeadamente:

A) — A Tabela Salarial no caso dos Têxteis e Malhas;

B) — O subsídio de férias a 100 por cento e os feriados no caso do vestuário;

C) — O descanso aos sábado no caso dos Lanifícios;

D) — O descanso ao sábado no caso das lavandarias e tinturarias.

4. — Afirmam que não aceitam as justificações do costume para justificar a continuação da sua exploração desenfreada, pelo que saberão reivindicar do Governo e tomar nas suas mãos a prática de soluções que para lá de garantirem o trabalho a todos e uma vida digna aos trabalhadores deste sector e suas famílias, ponham cada vez mais a produção ao serviço da satisfação das necessidades de todo o povo e da independência nacional e cada vez menos ao serviço do lucro de uma minoria e dos interesses dos grandes grupos multinacionais, empenhados em boicotar o processo revolucionário português;

Finalmente desde já responsabilizam o patronato por tudo o que vier a acontecer caso não dê satisfação às suas legítimas reivindicações e reafirmam a sua firme decisão de unidos e organizados lutarem até à vitória final.

(Aprovada por unanimidade e aclamação)

Transcrevemos a seguir o comunicado em que os sindicatos envolvidos explicam os factos.

1. Quatro contra 280 000 Trabalhadores

Estão neste momento a decorrer as negociações de quatro Contratos Colectivos de Trabalho Verticais que virão a aplicar-se a cerca de **280 000 Trabalhadores** (de todas as profissões) dos seguintes sectores industriais:

— **Vestuário**
— **Têxteis e malhas**
— **Lanifícios**
— **Tinturarias e lavandarias**

— Estes Contratos destinam-se a substituir os instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho impostos no tempo do fascismo e que datam respectivamente de 1971, o das Malhas, Têxteis, Lanifícios, Tinturarias e Lavandarias, e de 1972 o do Vestuário.

2. — Como têm decorrido as negociações?

a) No caso dos **Têxteis e das Malhas,** o patronato deste último sector tentou a todo o custo fugir às negociações e só depois de os Trabalhadores mostrarem a sua disposição de recorrerem às formas superiores de luta, aceitou participar nas negociações que então já decorriam há semanas com industriais têxteis.

b) No caso das **lavandarias** o patronato não queria aceitar que o Contrato fosse vertical e pretendia perpetuar a situação que herdámos do fascismo, em que dentro da mesma empresa havia uma contrato diferente para cada profissão, o que só beneficiava o patronato e dividia os trabalhadores.

c) No caso dos **Lanifícios** os patrões pretendiam também fugir a negociar dizendo que não tinham representatividade por não estarem organizados. Porém, ontem todos os delegados Sindicais na Covilhã receberam pelo correio um panfleto provocatório dos patrões - e isto é sem organização!... O que seria se estivessem organizados...

d) No caso do **Vestuário,** como aliás em todos os outros, as contrapropostas eram tão ridículas que para não termos que as classificar como meras provocações, tivemos que as considerar como inexistentes.

3. — As negociações estão no impasse

— Com o decorrer das negociações foi-se tornando cada vez mais claro que os patrões só estão interessados em manobrar de modo a impedir o avanço das negociações e adiarem sucessivamente a tomada de decisões.

— Parece que das eleições vai sair qualquer coisa muito boa para os patrões, pois eles querem esperar para depois das eleições, quer para negociar quer para haver trabalho nas fábricas.

— Por outro lado verifica-se que querem continuar a explorar-nos o mais que possam, obrigando-nos a trabalhar o máximo e pagando-nos o mínimo possível — para obterem o máximo lucro.

3.1 — Os patrões dos **Têxteis e das Malhas** fizeram o favor de nos propor como salário mínimo 3500$00, isto é aumento de 6$60 por dia !!! — Face a isto os Sindicatos não tiveram outra solução senão suspender as negociações até à próxima 2.ª feira dia 7, dando assim prazo aos patrões para se decidirem a aceitar os salários que os Sindicatos propõem. Porque os trabalhadores também precisam de comer, de habitar uma casa com condições, de educar os filhos, também precisam de satisfazer as suas necessidades...

E temos todo o direito a satisfazê-las porque somos nós que tudo produzimos!

3.2 — Os patrões dos **Lanifícios não** queriam dar satisfação a nenhuma das nossas reivindicações o que nos obrigou a fazer uma paralisação de meia hora, em todo o País, no dia 31 de Março.

Pois mesmo assim continuam a não querer ceder em nada e recusam aceitar uma reivindicação fundamental da qual não abdicaremos — de que o **sábado passe a ser dia de descanso para todos nós.**

Face a essa atitude nós, trabalhadores, decidimos impor na prática o nosso direito e por tal motivo hoje sábado dia 5 de Abril ninguém trabalhará na Indústria de Lanifícios.

3.3 — Os patrões das **Tinturarias** também não se mostram de modo algum dispostos a aceitar que nós possamos ter outro dia de descanso além do domingo, como já aconteceu em tantos outros sectores.

Isto apesar de nós, atendendo aos interesses dos outros trabalhadores, até estarmos dispostos a dividir esse dia de descanso entre sábado e 2.ª feira.

Também aqui nos vimos obrigados a impor na prática a nossa reivindicação e tal como nos Lanifícios as Lavandarias fecharão hoje sábado dia 5 de Abril.

Mas como já dissemos **estamos abertos a estudar outra forma de descanso complementar dividido entre o sábado e 2.ª feira de modo a não prejudicar os outros trabalhadores e a população em geral.**

3.4 — Quanto ao Vestuário a música é semelhante e nem o subsídio de férias, que já vigora em muitas empresas do sector e de que já beneficiam muitos trabalhadores de outros sectores, querem aceitar.

Por outro lado pretendiam interromper as negociações, para adiar ainda mais a saída do Contrato.

Estes factos levaram a que nós trabalhadores tenhamos decidido dar um primeiro aviso demonstrativo da nossa força e determinação de conquistar o que reivindicamos.

Assim **todas as empresas deste sector paralisarão da sua laboração 2.ª feira dia 7 das 11 horas às 11h e 30 minutos.**

4. — Lutar contra a exploração

É este o panorama das negociações destes Contratos, o qual não espanta os 280 mil trabalhadores, que já previam que tudo se iria passar assim.

Pois se os patrões sempre nos exploraram desenfreadamente e nos espezinharam diàriamente, não era agora, como por milagres, que tudo se iria modificar.

Pois se após o 25 de Abril só os temos visto tomar atitudes de sabotagem económica e desejarem o regresso dos velhos tempos — como poderiam eles agora preocupar-se com as necessidades dos trabalhadores e deixarem de pensar nos seus lucros?

Dizem que não podem dar o que reivindicamos...

Somos nós que tudo produzimos. Sem nós as máquinas só enferrujam.

Por isso temos direito a uma vida digna, temos direito a ver as nossas necessidades convenientemente satisfeitas, temos direito a uma efectiva melhoria das condições de trabalho e de vida.

Se a actual organização económica da Sociedade não serve para isso, mas serve para o esbanjamento dos privilegiados, então tudo tem de ser radicalmente modificado.

Ericeira: pescadores em crise... são atracção turistica!

A maioria das nossas vilas e aldeias camponesas, empobrecidas e abandonadas tomam o ar envelhecido e silencioso de quem estacionou num tempo longínquo, ao ritmo cansado da taberna, da eira, do porco e do abade.

Do campo para a cidade e para a França tem sido nos últimos tempos o sentido único permitido ao aldeão das serras e dos montes.

Panorama bem diferente é o que se tem verificado no quotidiano recente das pequenas vilas piscatórias.

Aqui, é a França e a cidade que arribam barulhentos, exóticas, endinheiradas. Estas pequenas vilas crescem então por isso e para isso.

Modernizam-se, alargam-se, complicam-se.

Mas o desenvolvimento turístico ajuda a condenar o pescador às graves dificuldades e incertezas em que vive; à segregação social, a uma existência «típica» para inglês ver no Verão e o português explorar o ano todo.

O turismo não é, evidentemente, o responsável. O que o desenvolvimento turístico tem sido efectivamente, é o factor objectivo que permitiu, e permite, um ainda maior fortalecimento dos sectores pequeno-burgueses e parasitários da população, que a todos os níveis de decisão controlam a vida social, política e económica destas populações, condenando os homens do mar à marginalização que os afasta dos assuntos da terra.

Vêem-se assim, empurrados cada vez mais para os bairros longe da faina, enquanto junto aos seus locais de trabalho encarece a vida, crescem os hotéis de luxo e os divertimentos burgueses.

Na Ericeira, por exemplo, só de Abril a Setembro pesca-se cerca de 3/4 do pescado anual.

Lanchas pequenas (de três a cinco homens) que têm de ser recolhidas em terra por falta de porto de abrigo, limitam grandemente os dias úteis.

A existência de um porto de mar que permitisse embarcações maiores e dispensasse o trabalho e a despesa da «puxada» é de há muito aspiração dos pescadores ericeirenses. Entretanto, vêem-se nos últimos anos triplicar os blocos hoteleiros e os empreendimentos na parte Sul da vila, transformando-se cada vez mais a sua praia, o seu trabalho e a sua vida, num objecto turístico pitoresco, que o ericeirense do Sul vende ao turista, incluído nas quatro estrelas da diária.

Hoje, já está em construção um pontão para proteger o portinho das habituais nortadas que tantas vezes fazem perigar, à entrada, as embarcações.

No entanto, dizem os mais «cépticos» que continuarão, as lanchas, a ter de ser recolhidas em terra na maior parte dos dias do ano por falta de amplitude da obra projectada, que mais beneficiará as lides do «aqui» do que as da pesca.

Dos problemas da pesca artesanal sem dúvida que um dos maiores é a permanente situação de subemprego resultante da dependência em que se vive das condições do tempo.

Não é no entanto menos grave a dependência em que esta gente vive do comerciante intermediário.

Para fazer frente à exploração, de que são vítimas pela acção especuladora do intermediário, terão os pescadores de se organizar, encontrando formas cooperativas que permitam dispensar, o mais depressa possível, a necessidade de deixar nas mãos de terceiros parte choruda do valor do seu produto.

«É sempre o pescador a pagar com o seu trabalho, mesmo nos casos em que o intermediário aparece como vítima», diz-nos um camarada acerca da lota. E explica:

«Há tempos saiu uma lei que obriga o comprador a pagar, na lota, um imposto de 15 por cento sobre o peixe que compra. Mas o que aconteceu de aí para a frente (tenho papéis que provam isso) foi que começou logo o pescado a ser pescado mais barato. Assim, se um pargo era arrematado a cem escudos ontem, agora é arrematado a oitenta e cinco, ora diga-me cá... são eles que pagam os quinze escudos às finanças ou somos nós que passamos a receber só os oitenta e cinco escudos em vez de cem pelo mesmo peixe?»

Também a formação de cooperativas de compra e venda de apetrechos, isco, redes, gasóleo, etc., poderia baixar bastante o custo da produção.

De uma coisa estamos seguros, e repeti-lo-emos sempre aos camaradas: **só os pescadores organizados poderão cuidar de si, exigindo ao Estado os meios de fundo necessários à sua lide, exigindo às autoridades da vila não serem colocados na situação de ericeirenses de segunda, exigindo aos intermediários que deixem da mão os lucros exorbitantes que fazem à custa dos que, de facto, labutam e arriscam todos os dias.**

As lotas não são uma necessidade intransponível. Servem mais para garantir a vida dos comerciantes, que têm viveiros e câmaras frigoríficas, podendo, por isso, comprar barato na abundância e vender caro na falta, sem que o pescador veja daí, para ele que o pescou, nada mais do que a miséria em 8 meses de cada ano.

Centro de convivio da terceira idade

No Montijo, com grande apoio da população, está a organizar-se um centro de convívio para pessoas da terceira idade.

Uma iniciativa deste tipo entre nós é praticamente inédita.

Saudamo-la não só pelo seu significado, mas também pelo modo como nasceu, expontaneamente, impulsionada e dirigida pelos interessados e largamente apoiada pela população trabalhadora da zona.

Esquerda Socialista esteve no centro de convívio 11 de Março e em pleno trabalho de reconstrução do casarão conversou com várias pessoas:

ES — Como é que isto começou?

R — Bem, a razão é a seguinte: como as pessoas da 3.ª idade dispunham para se encontrar apenas dos bancos aqui da praça pois não tinham para onde ir nas suas horas de ócio (quando chovia tinham que se refugiar nos cafés) um grupo de camaradas daqui pensou em contactar com o dono desta casa abandonada para construir o centro de convívio 11 de Março.

E.S. — Como isto será bastante velho qual a ajuda material que têm tido para a reestruturação do centro?

R. — Temos tido imensa ajuda. Muitas pessoas têm dado sacos de cimento e dinheiro. Temos um grande mealheiro ali junto ao portão principal e temos assim arranjado uns patacos para as obras que estamos fazendo, pois isto está quase em ruínas.

E.S. — Vemos aqui imensos pedreiros e outros trabalhando na reconstrução deste imenso casarão. Esse trabalho é voluntário ou foram pessoas contratadas para as obras de reconstrução?

R. — São todos absolutamente voluntários, ninguém aqui trabalha por interesse, também parte do material tem sido doado.

E.S. — Qual a ajuda ou colaboração que os Partidos Políticos quer legais ou não têm dado a esta iniciativa?

R. — Por enquanto não houve contactos nenhuns com os partidos políticos.

E.S. — Logo à partida já têm muitos membros deste centro de convívio?

R. — Para já o que temos é uma comissão pró-sede que está a orientar tudo isto.

E.S. — O que é que pensam fazer de futuro quais as actividades a que se vão dedicar os elementos deste convívio?

R. — Aqui, para já, após a conclusão das obras, vamos apetrechar estas salas com televisão, rádio, jogos e biblioteca. Para a biblioteca temos até já vários livros oferecidos, assim como uma estante metálica. Temos até planeado o funcionamento de um bar.

E.S. — Este centro destina-se a elementos de ambos os sexos ou é só destinado a elementos do sexo masculino?

R. — Bem, não está excluída a hipótese de virem para aqui elementos femininos, embora não seja assim muito fácil elas virem para aqui conviver com os homens pois por enquanto elas não se consciencializaram de que essa confraternização tem que ser um facto entre os dois sexos.

E.S. — Portanto este centro admite camaradas do sexo feminino caso elas queiram para aqui vir.

R. — Sim, com certeza. Isto é um centro que admite qualquer elemento, quer seja masculino ou feminino.

E.S. — No que diz respeito aos jovens, julgam que seria útil a colaboração com eles ou preferem fazer disto um local de recolhimento apenas para as pessoas da 3.ª idade?

R. — Não, não preconizamos isso. Pelo contrário, a nossa intenção é contactar com a juventude, ouvi-los e desejamos que eles também nos ouçam e escutem os nossos conselhos e experiência dos anos vividos.

E. S. — Vocês prevêem, além dos passatempos, outras ocupações de tempo como teatro, cinema, sessões de esclarecimento político, etc.?

R. — Justamente é esse o nosso objectivo. Contudo nesta casa faremos aquilo que a sua capacidade nos permitir, pois nós mais tarde queremos ver neste local uma nova casa com condições adequadas.

E.S. — Já têm alguma ideia de como irão, no futuro, angariar as verbas necessárias para o acabamento desta obra?

R. — Sim, já temos em mente a realização de um espectáculo na Praça de Touros para angariação de fundos.

contra a vida cara

Depois do 25 de Abril, os trabalhadores libertos da repressão fascista, intensificaram as suas lutas, nomeadamente por melhores salários, no sentido de uma melhor satisfação das suas necessidades fundamentais — alimentação, vestuário, habitação, saúde. Através dessa intensificação da luta, conquistaram algumas significativas vitórias no campo de aumento de salários. **E esses salários foram arrancados aos lucros dos patrões!** Mas a que assistimos desde há alguns meses?

A um aumento do custo de vida que é o resultado de uma subida geral dos preços. Sobem os preços dos produtos fundamentais — carde, margarina, óleos, hortaliças, vestuário, transportes. E quem necessita de uma casa não a encontra e quem precisa de trabalho para viver o seu dia-a-dia não encontra emprego. Neste momento torna-se visível que **os aumentos de salários recentemente conquistados pelos trabalhadores estão em vias de serem absorvidos — se não o foram já —** pelo aumento do custo de vida.

A subida de preços dá-se porque o patronato industrial, comercial pretende manter e até alargar as suas margens de lucro sobre os produtos. Porque mais uma vez os patrões estão interessados em manter os seus lucros ao nível que desejam, e assim recuperaram o que perderam logo a seguir ao 25 de Abril.

E isso faz-se à custa de quem?

À custa do esforço das classes trabalhadoras portuguesas que vêem no dia-a-dia o seu salário real diminuir e deste modo roubado pela inflacção (pelo aumento dos preços) o que tão duramente conquistaram na fábrica, no escritório ou na empresa.

FORMAS DE LUTA

O Movimento de Esquerda Socialista considera que se impõem duas formas de luta fundamentais:

Vigilância sobre os preços dos produtos nas lojas, nos supermercados nas praças.

Controlo dos preços à saída da fábrica.

A primeira destas formas de luta terá de ser organizada através de **Comissões de Vigilância de Preços,** que se formarão para cada bairro ou vários por bairro e que **terão de ter o apoio das Comissões de Moradores eleitas e da confiança da população.**

Esta vigilância tem de ser permanente e efectiva, denunciando todas as infracções aos preços estipulados por lei.

O Movimento de Esquerda Socialista considera que:

— O controlo dos preços à saída da fábrica terá de ser feito a partir das organizações autónoma de trabalhadores nessas fábricas, denunciando publicamente as contas das empresas **sempre** que estas pretendam aumentos de preços. O decreto n.º 329/74 dá a possibilidade de um parecer por parte dos trabalhadores à Direcção-Geral de preços sempre que a respectiva empresa pretenda aumentar os preços dos produtos.

Tal parecer implica pois um acesso dos trabalhadores às contas das empresas e deve, quanto a nós servir como factor de mobilização e discussão operária e só pode contribuir significativamente para o alastro do controlo popular (nos locais de habitação e nas Comissões de Moradores) se face a cada caso concreto as Comissões de Trabalhadores tornarem pública a discussão, contribuindo para o avanço da consciência política dos trabalhadores e que só pode haver a certeza de que os interesses dos trabalhadores serão defendidos quando forem os próprios trabalhadores a avançar e a responsabilizarem-se.

CONTROLAR OS PREÇOS

A partir de agora é preciso que os trabalhadores exijam a sua participação nos processos de aumentos de preços.

O Ministério da Economia tem de estar ao serviço das classes trabalhadoras e até agora tem estado na maioria dos casos ao serviço do capital.

Face à situação de crise económica que vivemos só uma perspectiva serve os interesses dos explorados e oprimidos — **Obrigar a burguesia a pagar a sua própria crise.**

Segundo o Movimento de Esquerda Socialista esta perspectiva exige o **reforço e incentivo da combatividade operária, a unificação das frentes de combate anti-capitalista e das lutas dos trabalhadores, a integração da luta pela defesa dos interesses imediaros** (garantia de salário e de emprego, melhoria das condições de trabalho e de vida, defesa do salário real) **na luta política global pela conquista do poder.**

Esta perspectiva exige o desencadear e o fortalecimento de um movimento de massas anti-capitalistes que crie contra-poderes operários e populares.

Esta perspectiva exige um conjunto de medidas concretas, que diminuam a margem de manobra aos capitalistas, atacando a desorganização capitalista no seu centro: **a circulação de mercadorias e do capital.**

FAZER DOS SINDICATOS E COMISSÕES DE TRABALHADORES

Num momento em que as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores se agravam extraordinariamente, como reflexo da crise da economia capitalista e em que, por outro lado, se acentua a crise de dominação política da burguesia, impõe-se, como nunca, o reforço da consciência de classe e política das massas exploradas e oprimidas e bem assim das formas organizativas e de luta que lhes há-de permitir a ultrapassagem da crise, não à sua custa, mas em seu proveito.

Há que criar, portanto, as condições mais favoráveis para o fortalecimento do mais amplo movimento de massas e, nesse sentido, o papel a desempenhar pelos sindicatos é da maior importância.

Daqui que o tipo de sindicalismo praticado e a praticar se apresente como uma questão fundamental.

Tem o Movimento de Esquerda Socialista como certo que só um sindicalismo de classe pode defender verdadeiramente os interesses dos trabalhadores e possibilitar que sejam alcançados os objectivos pretendidos.

Entendendo-se por sindicalismo de classe, **aquele em que todos os explorados e oprimidos caberão,** independentemente das suas opções ideológicas e dos partidos políticos onde possam militar.

Ora, um tal sindicalismo só será possível se assentar num conjunto dde princípios que não só favoreça, mas permita tão amplo enquadramento de pessoas.

Desses princípios, haverá a destacar, desde logo, o que se traduz no **apartidarismo das organizações sindicais** ou seja, no seu não enfeudamento a qualquer partido político que as instrumentalize. Diremos que esta será mesmo uma das condições básicas para existência de um tal sindicalismo. Como condição básica será, também, a **unicidade sindical,** uma vez que o pluralismo, para além da divisão que provoca entre os trabalhadores, surge sempre como reflexo do enfeudamento deste ou daquele sindicato a um qualquer partido político ou como um reflexo da intenção de criar tal enfeudamento, o que determinará, em qualquer dos casos, um enquadramento de pessoas — não como resultado de uma idêntica exploração a que estão sujeitos, mas da identidade de ideias que perfilham (independentemente do facto das ideias de uns e de outros se oporem à exploração).

Acontece, porém, que a **unicidade sindical** — considerada isoladamente — **poderá não ser contributo decisivo para a criação de um sindicalismo de classe.** Ela poderá ser, mesmo, como que uma forma de repressão e de dominação de uma dada corrente ideológica sobre as outras. Bastará, para tanto, que nas respectivas estruturas sindicais não existam formas de organização e de funcionamento democráticas, isto é que não exista democracia interna.

Para construir um sindicalismo que sirva efectivamente os trabalhadores é indispensável impor na prática uma **democracia total,** da fábrica (ou da empresa) à cúpula confederativa.

É essencial que os sindicatos sejam organizados de forma a que todos os trabalhadores possam fazer ouvir a sua voz, dizendo o que querem e discutindo e decidindo sobre o modo de o alcançarem.

Só os próprios trabalhadores que vivem os problemas, em cada dia que passa, sabem o que mais os afecta. Por isso, só os trabalhadores deverão ter nas suas mãos o controle efectivo de todos os níveis de decisão da sua organização sindical.

Sem democracia interna, a unicidade não corresponderá à indispensável unidade de todos os trabalhadores.

Sem democracia interna, continuarão a existir cúpulas dirigistas separadas das bases a quem aquelas imporão as suas opiniões, mesmo contra os reais interesses dos trabalhadores.

Sem democracia interna, os sindicatos tornar-se-ão, inevitavelmente, exclusivo de determinados grupos partidários.

Ora, nada há que seja mais contrário a um sindicalismo de classe do que tal enfeudamento.

Mas um sindicalismo de classe, para além da desvinculação partidária exigirá ainda a **completa autonomia das organizações perante o Estado e perante o patronato** (é evidente), autonomia sem a qual se verificarão situações tão graves, **quando não mais,** como as que resultam das ligações aos partidos políticos.

E mais exigirá ainda um sindicalismo de classe — que a luta sindical se desenvolva dentro de uma **perspectiva anticapitalista.** Não basta lutar contra os limites da exploração, há que lutar contra a existência da própria exploração.

Por isso, **a actividade sindical terá de integrar-se numa perspectiva de luta política global** e, assim, procurar tornar claro aos trabalhadores o inevitável carácter antidemocrático e antipopular da democracia burguesa, ao mesmo tempo que deverá favorecer a constituição, nas mais diversas empresas, de verdadeiros contrapoderes, a partir das comissões de trabalhadores.

AS MANOBRAS DA BURGUESIA

Provavelmente, outros partidos dirão perfilhar idênticas posições. Contudo, na prática, tais partidos actuam de forma bem diferente.

Se não vejamos:

O pluralismo sindical é pretendido por todos os partidos da burguesia o que não é surpreendente. Referimo-nos, concretamente, ao C.D.S., ao P.P.D. e ao P.S.; se bem que relativamente ao Partido Socialista tenhamos que fazer uma distinção. Se a sua direcção política não difere da do P.P.D., já na sua base social trabalhadora é completamente diferente, pois se no P.P.D. predominam os quadros próximos do patronato e, de certo modo, indentificados com ele, no Partido Socialista a base trabalhadora está verdadeiramente identificada com os trabalhadores das classe exploradas, só que ainda não se aperceberam do seu desajustamento dentro da estrutura partidária.

E que estes partidos defendam o pluralismo, opondo-se a consagração da unicidade na lei, é perfeitamente compreensível. Nada pode interessar mais à burguesia do que a divisão dos trabalhadores.

Entre ter um grande sindicato do ramo metalúrgico ou químico ou de outro ramo qualquer, ou ter, por outro lado, 3 ou 4 — se não mais — pequenos sindicatos partidários, dentro dos mesmos ramos, a burguesia não hesitaria na escolha. Quantos mais sindicatos, melhor. Então foi por acaso que a burguesia, com o fascismo, criou cerca de 400 sindicatos?

PARTIDO COMUNISTA

Neste momento (cada um pensará por si), o Partido Comunista Português defendido a consagração na lei da unicidade, logo, defende um sindicalismo de classe. Não, quando muito o Partido Comunista Português dirá que o defende, mas **não o pratica;** diremos, mesmo, que o **P.C.P., quando defende a consagração da unicidade na lei, está unicamente a procurar reforçar o seu controle sobre as organizações sindicais;** controlo por demais evidente, de resto, e que, em muitos casos, tem assumido **aspectos verdadeiramente repressivos:** vejam-se os despedimentos de trabalhadores progressistas levados a cabo por direcções de sindicatos, controladas pelo P.C.P., nos Sindicatos dos Trabalhadores Bancários e no Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos, de Lisboa (estes últimos ainda na ordem do dia pois ocorreram muito recentemente).

Mas, para além dos despedimentos, há a considerar também o afastamento de dirigentes discordantes das posições do P.C.P. e a atitude agressiva que vêm assumindo nas assembleias de trabalhadores os seus militantes bem reveladora da sua formação antidemocrática.

Se o P.C.P. defende a unicidade sindical, é sem democracia interna das estruturas sindicais.

Ora, quem não defende a democracia interna não poderá defender nunca um sindicalismo de classe, uma vez que este se opõe ao sindicalismo partidário.

E como se não bastasse tudo isto para comprometer a possibilidade de criação de um sindicalismo de classe, temos ainda as posições que vêm sendo assumidas pelo **Ministério do Trabalho, interferindo directamente nas questões que só aos trabalhadores dizem respeito.**

Referimo-nos concretamente à sua intervenção nas assembleias gerais e no acto eleitoral do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Química do Distrito de Lisboa, intervenção que o mínimo que nos poderá levar a dizer é que se trata de um verdadeiro **abuso de poder.**

O Movimento de Esquerda Socialista está em profundo desacordo com a maioria das posições assumidas no Sindicato dos Químicos pelos militantes sindicatos da A.O.C., **mas isso jamais significará que aceite a intervenção paternalista do Minisitério do Trabalho nos negócios de referido sindicato ou de outro qualquer.**

As actuações incorrectas das direcções sindicais terão que ser corrigidas, condenadas ou neutralizadas pela actuação correcta das massas a quem as mesmas respeitam.

De outra forma, chega-se aquilo a que se chegou no Sindicato dos Trabalhadores Químicos: **substituiu-se a actuação incorrecta da A.O.C. pela actuação incorrecta do P.C.P.**

Com que vantagens para a luta dos trabalhadores?

Um sindicato tem de ser instrumento de luta, mas também uma escola de organização e de elevação do nível de consciência política dos trabalhadores; para tanto, impõe-se-lhe tomar como objectivos fundamentais da sua acção: a luta pela melhoria de condições de vida, a luta solidária com os restantes trabalhadores, a defesa das conquistas e das práticas de luta sindical, contribuir para a construção de uma consciência socialista em todos os trabalhadores.

Só uma luta assente nas respostas revolucionárias aos seus problemas e afrontando ousadamente o poder da burguesia permitirá aos trabalhadores avançar para o Socialismo, no caminho do Comunismo, lutando e criando poder operário e popular.

UMA PODEROSA ARMA DA REVOLUÇÃO

1. A luta económica do proletariado pelo aumento salarial e pelo melhoramento das condições gerais das condições de vida das massas acentua todos os dias o seu carácter de luta sem saída. A desorganização económica que invade um país atrás de outro, numa proporção sempre crescente, demonstra, mesmo aos trabalhadores mais atrasados, que não chega lutar pelo aumento dos salários e pela redução da jornada de trabalho, que a classe capitalista perde cada vez mais a garantir aos operários algo que não sejam as condições de existência que lhes assegurava antes da guerra. **A consciência sempre crescente das massas operárias faz nascer entre elas (no seu seio) uma tendência para criar organizações capazes de empreender a luta por uma renascença económica por meio do controlo operário exercido sobre a indústria pelos Conselhos de Produção.** Esta tendência para criar concelhos industriais operários, que ganha os operários de todos os países, extrai a sua origem de factores diferentes e múltiplos (luta contra a burocracia reaccionária, fadiga causada pelas derrotas suportadas pelos sindicatos, tendências para a criação de organizações abarcando todos os trabalhadores) e inspira-se em definitivo do esforço feito para efectuar **o controle da indústria, tarefa histórica dos conselhos industriais operários** É por isso que se cometeria um erro procurando não formar estes concelhos senão de operários militantes da ditadura do proletariado. A tarefa do Partido Revolucionário consiste, ao invés, em aproveitar a desorganização económica para organizar os operários, e de os colocar na necessidade de combater pela ditadura do proletariado ao mesmo tempo que nele desenvolvem a ideia da luta pelo controle operário, ideia que todos agora compreendem.

2. O Partido Revolucionário não poderá cumprir esta tarefa senão consolidando na consciência das massas, a firme certeza de que a restauração da vida económica sobre a base capitalista é actualmente impossível; ela significaria aliás uma nova sujeição à classe capitalista. A organização económica correspondente aos interesses das massas operárias não é senão possível se o Estado for governado pela classe operária e se a mão firme da ditadura do proletariado se encarregar da abolição do capitalismo e da nova organização socialista.

CONTROLE OPERÁRIO SOBRE A ECONOMIA

3. **A luta das comissões de fábrica e oficinas contra o capitalismo tem por fim imediato a introdução do controle operário em todos os ramos da indústria.** Os operários de cada empresa, independentemente das suas profissões, sofrem da sabotagem dos capitalistas que consideram bastante frequentemente que a suspensão da actividade de tal ou tal indústria lhes será vantajosa, a fome pela frente constrange os operários a aceitarem as mais duras condições para evitar a qualquer capitalista um novo aumento dessas suspensões. A luta contra esta espécie de sabotagem une a maioria dos operários independentemente das suas ideias políticas, e transforma as comissões de oficina e de fábrica, eleitas por todos os trabalhadores de uma empresa, em verdadeiras organizações de massa do proletariado. Mas a desorganização da economia capitalista é não só consequência da vontade consciente dos capitalistas, mas também, e muito mais, da decadência irresistível do seu regime. **Do mesmo modo, as comissões operárias serão forçadas, na sua acção contra as consequências desta decadência, a ultrapassarem os limites do controle das fábricas e das oficinas isoladas e encontrar-se-ão em breve perante a questão do controle operário a exercer sobre ramos inteiros da indústria e sobre o seu conjunto.** As tentativas dos operários de exercerem o seu controle não somente sobre o abastecimento das fábricas e das oficinas em matérias primas como também sobre as operações financeiras das empresas industriais provocam, no entanto, da parte da burguesia e do Governo capitalista, medidas rigorosas contra a classe operária, o que transformará a luta operária para o controle da indústria numa luta para a conquista do poder para a classe operária.

4. **A propaganda a favor dos conselhos industriais deve ser conduzida de forma a inculcar a convicção nas grandes massas operárias,** mesmo aquelas que não pertencem directamente ao proletariado industrial, **de que a responsabilidade da desorganização económica incumbe à burguesia, e que o proletariado, exigindo o controle operário, luta para a organização da indústria, para a supressão da especulação e da vida cara.** A tarefa dos Partidos Revolucionários é a de combater pelo controle da indústria, aproveitando para este fim todas as circunstâncias que estejam na ordem do dia, a penúria do combustível e a desorganização dos transportes, fundindo no mesmo fim os elementos isolados do proletariado e colocando do seu lado as mais largas camadas da pequena burguesia que de dia para dia cada vez mais se proletariza e sofre cruelmente com a desorganização económica.

5. Os sindicatos organizaram as massas operárias no sentido de uma luta pelo aumento de salários e pela redução das jornadas operárias e fizeram-no numa larga escala. Os conselhos operários industriais organizam-se para o controle operário da indústria e pela luta contra a desorganização económica; **englobam todas as empresas operárias, mas a luta que sustêm não pode revestir senão muito lentamente um carácter político geral. Não é senão na medida em que os sindicatos forem capazes de ultrapassar as tendências contra-revolucionárias da sua burocracia, tornando-se então órgãos conscientes da Revolução, que os comunistas terão o dever de apoiar os conselhos operários nas suas tendências para os tornarem grupos industriais sindicalistas.**

COMBATE SEM TRÉGUAS À BURGUESIA

6. A tarefa dos comunistas reduz-se aos esforços que devem fazer para que os sindicatos e os conselhos industriais operários se compenetrem do mesmo espírito de resolução combativa, de consciência e de compreensão dos melhores métodos de combate, isto é do espírito comunista.

7. Desde que os comunistas façam dos sindicatos e dos conselhos industriais uma poderosa arma para a Revolução, **estas organizações de massas preparar-se-ão para o grande papel que lhes incumbirá com o estabelecimento da ditadura do proletariado. Este será com efeito o de se tornarem a base socialista da nova organização da vida económica.** Os sindicatos, organizados na qualidade de pilares da indústria, apoiando-se nos conselhos industriais operários que representarão as organizações industriais de fábrica e de oficina, ensinarão às massas operárias o seu dever industrial, formarão os operários mais avançados, em directores de empresa, organizarão o controle técnico dos especialistas; estudarão e executarão, de acordo com os representantes do poder operário, os planos da política económica socialista.

LENINE (Teses e resoluções do II Congresso da Internacional Comunista)

INFORMAÇÃO

Rádio Clube de Angra debater - informar - lutar

Ameaçados de despedimento e acusados de serem os responsáveis de uma falência que os próprios sócios do Rádio Clube de Angra consideraram em Assembleia Geral ter fortes motivos para crer fraudulenta e forjada, os trabalhadores desta estação emissora decidiram em assembleia a sua ocupação.

É prática corrente da burguesia tentar culpar os trabalhadores e as suas reivindicações da má gestão, das fraudes e sabotagens de que é ela a única responsável. A isto têm os trabalhadores oposto a sua capacidade de luta, a sua iniciativa, lutando contra os despedimentos, pelo direito ao trabalho, pela melhoria das suas condições de vida. Foi assim no **Gil de Sousa, E.V.T., Emocal, Intercins** e, agora, no **Rádio Clube de Angra.**

O Movimento de Esquerda Socialista apoia mais esta luta dos trabalhadores desta ilha, como apoiará todas as justas iniciativas das classes trabalhadoras dirigidas e controladas por estas.

Esta luta reveste-se de particular importância neste momento, pois após o 25 de Abril a maioria dos órgãos de informação dos Açores tem estado controlada por forças reaccionárias. Face a esta situação só o controle dos órgãos de informação pelos trabalhadores que neles prestam serviço em estreita ligação com as organizações dos trabalhadores surgidas nas lutas e ao serviço delas (comissões de ocupação, comissões de delegados, sindicatos, etc) poderá garantir uma informação verdadeiramente popular que sirva o avanço do processo revolucionário no sentido do socialismo.

CONSIDERANDO

Que o Rádio Clube de Angra é hoje um órgão de informação que desempenha um importantíssimo papel junto de largas camadas da população açoriana, nomeadamente no campo e em algumas ilhas onde as populações não têm acesso a qualquer outra fonte quer informativa quer formativa;

que mesmo após a queda do fascismo o R.C.A. continuou enfeudado a interesses contrários aos dos trabalhadores e contrários ao próprio processo revolucionário em curso;

que, portanto, não desempenhou o R.C.A. o papel fundamental que lhe era imposto pelo 25 de Abril, de esclarecimento das massas populares e de remodelação total das programações;

que embora sendo propriedade dos seus associados o R.C.A. tem uma função social que transcende esse grupo o qual, aliás, não tem exercido efectivo controle sobre a estação;

que tudo isto apenas poderá ser entendido numa instituição de cujo controle têm andado afastados quer os que nele trabalham quer os seus associados;

considerando ainda que o R.C.A. pode e deve acompanhar as movimentações que os trabalhadores açorianos e a nível nacional têm levado a cabo e **pode e deve ser um poderoso instrumento ao serviço dos explorados e oprimidos açorianos;**

O M.E.S. PROPÕE OS SEGUINTES PONTOS À DISCUSSÃO DOS TRABALHADORES (DO R.C.A. E NÃO SÓ) E DOS ASSOCIADOS DAQUELA ESTAÇÃO.

1. O R.C.A. foi construído por trabalhadores.

2. Progressivamente, a burguesia apoderou-se do emissor. Numa primeira fase jogando com a despolitização geral dos fundadores, «promoveu» profissional e socialmente alguns e afastou outros.

3. Dividindo, à burguesia local foi-lhe fácil enquadrar o emissor e pô-lo ao serviço dos seus interesses de classe, para o que dispunha de todo um aparelho exterior (intercâmbios oficiais; Emissora Nacional, etc.).

4. Só mais tarde (1960) se dá a completa fascização do emissor. A burguesia não podia passar sem o Rádio Clube para entrar em cadeia com a Emissora Nacional com vista à transmissão das crónicas de Angola, das cerimónias de embarque, etc. O Rádio Clube foi **indispensável** para justificar a guerra nas colónias de África.

Com o «marcelismo» a burguesia gere o emissor de uma forma mais organizada (Valadão dos Santos, Francisco Alberto etc.).

5. Veicular a ideologia fascista e afastar as massas trabalhadoras dos seus problemas, eis a dupla função rigorosamente cumprida nos últimos dez anos. Tempo em que na **Voz da Terceira** são exemplarmente praticados os conceitos fascistas de «cultura» e «divertimento».

6. Os subprodutos musicais da sociedade capitalista (calvários, robertos carlos, etc.) e as **individualidades ilustres** (Caetano Tomás, Filipe de Menezes, etc.) ilustram todo esse período a par da maciça cobertura dita desportiva.

7. A contradição existente entre uma associação e o circuito comercial em que é obrigada a viver foi superada em favor deste último. É assim que se dá um crescente controle do emissor pelas agências de publicidade (JIP, SPAC, etc.).

8. A composição social dos associados do clube é bastante heterogénea. Mas há um nítido predomínio das massas populares do campo, captadas para um associativismo totalmente passivo.

9. Alguns esforços parcelares vinham sendo feitos nos últimos tempos. No entanto, globalmente, manteve-se a base burguesa da programação e da informação regional.

10. A democratização não foi possível após 25 de Abril devido a, entre outros factores:

a) Os colaboradores externos comprometidos com o anterior regime (ver «notas do dia», em especial as relativas à descolonização — João Afonso, Coelho de Sousa).

b) A contradição interna entre trabalhadores profissionais e os de regime de «part-time» impediu a homogeneização das movimentações dos trabalhadores da estação. Este factor não permitiu a superação dos conflitos pouco mais que pessoais e a tomada de consciência do **conteúdo político** das emissões do R.C.A. indispensáveis a qualquer profissional de informação.

11. O processo aberto pela ocupação do Rádio Clube de Angra pelos seus trabalhadores poderá permitir a transformação do R.C.A. num órgão de informação e formação popular, o que embora seja relativamente difícil só será possível:

a) Se os trabalhadores a todo o tempo na estação conseguirem debater profundamente o **que é o Rádio Clube de Angra, e a sua função.**

b) Se se caminhar para uma estreita interligação entre as organizações dos trabalhadores já criadas e os trabalhadores do R.C.A.

c) Se mantiverem os trabalhadores do R.C.A. uma vigilância permanente com vista a impedir a sua instrumentalização pela burguesia, do que já há indícios.

O Secretariado do Núcleo do Movimento de Esquerda Socialista de Angra do Heroísmo.

Queimada
Padre faz a sua campanha de esclarecimento ...

Depois de ter contactado com um dos nossos elementos deste partido para falar de alguns factos referentes à política que se vai passando nesta freguesia de Queimada, Concelho de Armamar, venho por meio desta tentar uma vez mais, o que tenho feito para vários partidos, e até agora não deu efeito algum. Se tudo tem corrido mal cada vez vai pior. E ninguém se lembra desta freguesia. Para Queimada o 25 de Abril ainda não veio. Temos por pároco nesta terra o padre Alberto Ferreira Leitão, que tem tido muita influência no que se refere à política. **Atemoriza o povo servindo-se do salão paroquial e da igreja para para atacar a política.** Na homilia da missa, aos domingos, diz ao povo: «Irmãos, eu vou-me ausentar, mas se aparecer alguém estranho toquem os sinos a rebate, não dêem ouvidos pois são comunistas e fazem grandes distúrbios, matam os machos, roubam os filhos aos pais, roubam as mulheres, etc...»

Veio de Lisboa à terra um camarada visitar a família e trouxe propaganda de vários partidos, pondo-a nas paredes. Algumas mulheres, influenciadas pelo padre, foram destruir toda a propaganda, com paus e lama do chão. Vendo tudo isto, **o padre foi na missa agradecer ao povo a maneira como reagiu.** O povo entusiasmado pelo dito padre continua a destruir tudo o que apareça nas paredes.

Chegou a haver reboliço com o camarada que trouxe a propaganda de Lisboa, sendo obrigado a fugir para casa com a mulher, visto serem muitos os revoltados, uns com paus e sacholas, outros com pistolas, e ele sòzinho. Foi-se queixar às Forças Armadas, o que não deu resultado algum até agora. Têm prometido vir cá fazer uma sessão de esclarecimento, aguardamos com ansiedade para ver se este povo deixa de ser ignorante. Mas eles só querem ouvir o padre e mais ninguém. Só querem votar no partido do senhor padre, pois esse é que serve.

Desde Novembro que ele consegue trazer o povo na igreja dia e noite, hora a hora — vai uma pessoa de cada vez à igreja fazer sentinela porque está o Senhor exposto, para que os comunistas não venham assaltar a igreja. Esta comédia é desde Novembro e presentemente ainda continua. Na freguesia vizinha de Queimada onde o padre também é pároco, acontece o mesmo visto o professor ser o mesmo.

Por agora não digo mais, para a próxima mando outra contando mais pormenores.

Brados (reaccionários) do Alentejo

O **Brados do Alentejo,** jornal regional que se publica em Estremoz, sempre «bradou» aos 4 ventos a ideologia fascista e os «feitos» de Salazar e Caetano.

Após o 25 de Abril, este jornal tem-se mantido fiel à sua linha política continuando a (des)informar da mesma maneira.

E isto porquê?

Porque o jornal «Brados do Alentejo» tem como proprietário e director um reconhecido fascista.

«Outra coisa não seria de esperar de pessoas comprometidas com o odioso regime anterior e que sempre estiveram ao serviço de interesses de uma minoria exploradora.»

Concretamente acusamos a direcção deste jornal, já depois da derrota da intentona fascista de 11 de Março, de ter censurado um comunicado subscrito por estremocenses residentes em Lisboa, após uma reunião de confraternização realizada na Casa do Alentejo, no dia 14 de Março, onde se dizia:

«ADITAMENTO»

«A democracia também não pode avançar em Estremoz enquanto estiverem à frente de diversos serviços públicos pessoas notoriamente implicadas com o regime fascista abolido pelo 25 de Abril, como é o caso do nosso hospital ou de outros serviços de saúde. Tais pessoas têm de ser afastadas dos cargos que ocupam.»

Este aditamento foi cortado arbitrariamente no jornal de 23 de Março, como nos velhos tempos da censura fascista, o que consideramos muito grave e inadmissível.

Para que o processo revolucionário avance em Estremoz precisamos de um jornal verdadeiramente progressista, cultural e politicamente, ao **serviço do povo.** Assim apelamos para todos os estremocenses no sentido de se mobilizarem para que possamos avançar na preparação de um novo jornal ao serviço da democracia, no caminho do Socialismo.

Lembramos que os acontecimentos de 11 de Março demonstraram, uma vez mais, que as classes privilegiadas estão empenhadas, acima de tudo, na defesa dos seus interesses. A reacção não escolhe meios para atingir os seus fins e recorre à mentira e à violência contra-revolucionária com ou sem o apoio externo.

Uma forma de combater a reacção é ter ao serviço do Povo uma imprensa livre. Nos grandes centros isso já se verifica, mas nos meios provincianos os caciques locais dominam a imprensa regional.

Acabemos com o jornal fascista em Estremoz!

CHILE: o braço armado da burguesia

A experiência chilena foi já abordada sob diversas ópticas, mas na maioria dos casos utilizando esquemas pré-concebidos simplesmente projectados sobre o processo de governação da Unidade Popular. Assim, não se terá procurado extrair da experiência chilena (observada no seu contexto próprio e seus condicionamentos) um conjunto de ensinamentos, mas servindo-se do processo, aplicar um sistema de «provas reais de teorias previamente definidas.

Temos pois, os **direitistas** provando a incapacidade de governação das forças populares e progressistas (dando assim apoio explícito ao golpe militar), os **elementos afectos a teorias reformistas**, lançado ao pelourinho os «extremistas irresponsáveis» que levam no desencadeamento dos processos contra-revolucionários e a extrema-esquerda executando moralmente Allende pela responsabilidade total da derrota do povo chileno.

Pensamos que este erro de análise mais ou menos consciente deve ser superado por um estudo apurado por parte de todo aquele que pretende extrair da tragédia chilena as lições necessárias a utilizar no seu combate político concreto e diário.

Examinaremos aqui o período final do Governo de Unidade Popular, onde a sua queda frente à ofensiva conjugada das mais diversas forças reaccionárias chilenas e internacionais se apresenta como que inevitável, e o aspecto conspirativo da burguesia chilena e seus aliados se mostra descarado e cruelmente visível. Esse mesmo período encontra-se compreendido entre o golpe abortado do coronel Soupé à frente dos seus tanques a 29 de Junho de 1973 (Tancazo) e o massacre organizado a 11 de Setembro pelo conjunto dos militares chilenos personificados em Pinochet.

Veremos numa breve resenha dos acontecimentos, a articulação perfeita da ofensiva conjugada dos mais diversos sectores, que exclui totalmente qualquer hipótese de «aventureirismo» dos generais golpistas, que se limitaram a cumprir o seu papel, no momento exacto do plano previamente estabelecido.

A insegurança física e social criada por uma vaga de atentados, a derrocada económica acelerada por uma série de greves orquestradas levadas a cabo pela pequena e média burguesia (os pequenos e médios patrões) o desmantelamento do poder com a entrada para o o seu seio de elementos militares golpistas, a deposição «legal» de Allende pelo parlamento lançaram o Chile na «anarquia» abrindo a porta «aos cruzados salvadores da civilização e da ordem» liderados pelo arcanjo Pinochet.

PARA O GOLPE

Imediatamente após a sangrenta aventura de Soupé a direita responde com uma série de atentados mais ou menos espectaculares como a destruição de centrais eléctricas e outros centros de energia, corte da transmissão da emissão de Allende quando se dirigia ao povo, etc.

A 25 de Julho começa a desenhar-se a ofensiva final com a famigerada **greve dos camionistas** que leva o abastecimento das principais cidades do país [illegible].

A 9 de Agosto Allende forma mais um governo com a inclusão de militares com a finalidade de tentar por fim à greve.

Porém o ministro dos transportes general Ruiz, conhecido como um dos mais brutais repressores dos sectores operários quando das buscas de armas, apoia os grevistas. Os transportes públicos de Santiago e pilotos de linha entram também em greve.

Os camionistas fiéis à unidade popular que tentam sair para a estrada, são atacados à granada enquanto que ao mesmo tempo os grevistas não hesitam em avariar ou destuir os próprios camiões.

A 18 de Agosto, Oscar Balboa, «leader» do pequeno sector de camionistas disposto a colaborar com o Governo é assassinado.

O presidente da República é forçado desta vez a uma confrontação com as Forças Armadas demitindo o general Ruiz.

A Força Aérea movimenta-se **claramente** mas o exército e a marinha não aderem. O vento gelado do golpe afasta-se por dias...

A 21 de Agosto são médicos, outras profissões liberais e pequenos comerciantes que entram em greve.

O grupo terrorista «Pátria e Liberdade» vai dando temperatura aos acontecimentos executando golpes de mão em série (até ao golpe terá executado cerca de 500 atentados).

A 22 de Agosto uma nova frente é aberta contra Allende: a Câmara de Deputados acusa o presidente de violar a constituição e as leis. Exorta os militares, juízes de última instância do País, a escolher entre a legitimidade governamental e a legitimidade parlamentar. A cobertura «legal» para o golpe está feita.

A 23 de Agosto segue-se a demissão do general Prats, último empecilho à união total do exército contra o Governo. Outros oficias legalistas afastam-se também. O exército autodepura-se assim dos hesitantes.

A 24 de Agosto é pedida a prisão pelo juiz militar de Valparaíso de Miguel Enríquez e o levantamento de imunidade parlamentar a Altamirano e Garretón («leaders» respectivos do MIR, P.S. e Mapu) sob o pretexto de subversão no seio das Forças Armadas.

A 25 de Agosto os militares abandonam o Governo enquanto que os postos chaves da hierarquia militar são ocupados pelos elementos mais reaccionários.

A 28 de Agosto Allende forma o seu último Governo... enquanto o «leader» da greve dos camionistas declara que aquele só terminará com a queda do governo de Unidade Popular.

A 4 de Setembro, terceiro aniversário da subida de Allende ao poder 800 mil pessoas declaram, o seu apoio ao Presidente, por ironia na maior manifestação realizada no Chile.

A 11 de Setembro, Pinochet desembainha a espada.

A PREPARAÇÃO DO GOLPE

O golpe de estado acabou por não surpreender ninguém. Mesmo os membros mais confiantes do governo nas últimas semanas que antecederam o golpe o consideravam praticamente inevitável.

Pelo contrário, a sua violência e eficácia de execução e o desbaratamento espectacular das forças populares constituíram uma surpresa para todos. Isto apenas se justificaria pela ignorância completa por parte dos elementos da Unidade Popular quanto à verdadeira dimensão e cuidados da conspiração.

Paralelamente à vasta actividade organizativa e de agitação dos partidos da direita Democracia-Cristã e Nacional movimentando as massas que controlavam — **a classe média** — de forma a executarem uma acção eficaz de boicote económico, junta-se à actividade paralizante do Parlamento (controlado pelas referidas forças políticas) através da oposição sistemática a todas as propostas do Governo reduzindo-o assim à total incapacidade de exercício. **Simultaneamente é criado na cidade de Antofagasta um centro coordenador, conhecido por base operacional das forças especiais, constituído por militares sediciosos políticos de direita e os terroristas de Patria e Liberdade.**

Após a aprovação da lei de busca de armas em Outubro de 72 à qual surpreendentemente Allende não opôs o seu veto, o caminho abriu-se decididamente para as actividades marginais do exército. A lei em referência confiava em exclusivo aos militares a responsabilidade pela busca e recuperação de armas.

Com as operações de busca o exército foi-se assenhoriando praticamente de todo o país. **Os militares poucas armas recuperaram mas a sua preferência mostrou-se quase em exclusivo pelas áreas industriais ou bairros operários onde entravam como em território inimigo, violentos e ameaçadores, espancando e mesmo por vezes assassinando.**

Estas operações nas zonas operárias acabaram por ter múltiplas finalidades. **Assim, desde a intimidação sobre as massas populares confundidas e amedrontadas, o tateamento de hipotéticos núcleos de resistência a um golpe, a obtenção de informações sobre os quadros das forças populares (sindicais administrativos, etc.) o isolamento dos elementos hesitantes do exército, a habituação dos soldados à violência sobre o povo.**

Vemos assim que, enquanto o exército se lançava ameaçador sobre o País, os seus chefes brincavam aos ministros lançando ainda mais a confusão na cúpula do governo. Enquanto o general Leigh conspirava às claras, **Pinochet, conhecido pelo seu legalismo, era encarregado por Allende da coordenação da resposta das milícias populares e forças leais do exército a um hipotético golpe militar.**

O trabalho de coordenação entre os militares conspiradores políticos hipócritas e terroristas sem escrúpulos, que daria resultados recompensadores no dia 11 de Setembro, nem sempre funcionou bem. Assim, o «Tancazo» parece ter sido resultado de uma falha desse serviço. Pelo contrário também é levantada a hipótese de ter sido um teste de auscultação à capacidade de resposta das forças populares (que se mostrou na altura excelente) que teria levado os conspiradores a mobilizarem maiores meios para o golpe.

[illegible]

Uma vez consumado o golpe, quais são as soluções políticas propostas pelos gorilas? Encontramo-nos frente a um fascismo difuso, doutrinariamente pouco clarificado, matisado a nível pessoal pela individualidade própria de cada um dos membros da Junta. **Desde o fascismo populista do general Bonilla,** que se passeia pelos bairros de lata arengando «contra os patrões à antiga que apenas deixavam as migalhas para os operários», ao **ultra fascista Leigh** que propõe o estripamento socio-cultural do povo chileno eliminando «os cancros da actividade política e da preversão Marxista» ao **moderado Pinochet** que apresenta um programa político de compromisso — «não estamos aqui para tornar os ricos mais ricos e os pobres mais pobres» — isto é, a institucionalização da crise económica (hoje a inflação do Chile atinge já os 800 por cento).

Porém todos se encontram de acordo quanto à não cedência do poder aos partidos de Centro e Direita que os incitaram ao golpe, cujas «imbecilidades divisionistas já lançaram o país nas mãos do marxismo». Assim compreendemos porque é possível encontrar nos jornais o endurecimento progressivo da Democracia Cristã frente à Junta. **Para Frei e os seus amigos o derrube de Allende deveria reverter em seu benefício quase que exclusivo. O exército deveria ter-se limitado a afastar Allende e ceder o lugar deste, de acordo com o previsto na constituição ao Presidente do Senado — precisamente... Frei.**

O exército teria feito o papel de contínuo libertando «legalmente» a cadeira da presidência...

Porém os democrata-liberais profissionais sofreram rude desengano. A fera saiu da jaula mas negou-se a regressar...

Mais satisfeitos estão os direitistas do partido Nacional que acima de tudo desde a primeira hora se declararam pelo derrube por qualquer meio do governo de Unidade Popular.

A política económica da Junta tem-se desenvolvido em dois sentidos aparentemente antagónicos. Por um lado um apoio claro à média burguesia, principal sustentáculo da contra ofensiva económica que paralizaria o regime de Allende, reforçando as suas organizações corporativas — os grémios — dando-lhes um importante papel social como elemento de ligação entre o homem e o estado, por outro lado rodeando-se de elementos significativos do grande capital chileno — por enquanto limitados aparentemente ao papel de tecnocratas.

Haveria assim atentativa de formação de um capitalismo periférico em ligação com as multinacionais acompanhado do reforço do vasto sistema do pequeno patronato.

A contradição da proposta parece evidente. Para que lado se inclinarão os generais?

Na próxima semana publicaremos a parte final deste estudo sobre a queda do Governo reformista de Salvador Allende.

Propriedade da
Movimento de Esquerda Socialista
Composto e impresso em
Renascença Gráfica, SARL
Rua Luz Soriano 44, [illegible]
[illegible]

Os trabalhadores não pagarão a crise da burguesia !

O «caos económico», a «reconstrução nacional» e o «horário de trabalho nacional» têm sido, desde há longos meses, os temas fundamentais na base dos quais a burguesia pretende reconquistar do domínio e a exploração que o processo revolucionário que foi desencadeado pelas massas populares após o 25 de Abril, veio, de certo modo, a pôr em causa.

Contra esta tentativa da burguesia de «repor as coisas no seu lugar», têm-se levantado os trabalhadores, na sua luta quotidiana, contra tudo e contra todos, porque, ao contrário do que pensam os reformistas, o capital não se controla, a democracia burguesa não se corrige: ataca-se.

Erguendo-se num grande processo de luta contra os despedimentos e o desemprego, a classe operária e os trabalhadores em geral, conquistam, por todo o lado, o direito a não fazer horas extraordinárias, facultando assim, como se viu na Siderurgia Nacional, o acesso ao trabalho a centenas de desempregados.

Não é, pois, aceitando trabalhar mais que os trabalhadores conseguirão impor os seus legítimos direitos, os quais são, seja em que circunstância for, claramente, opostos aos da burguesia.

Neste sentido, é exemplar a posição assumida pelos trabalhadores da Caixa Geral de Depósitos, relativamente ao projecto de horário mínimo nacional:

«Tendo em vista a nossa participação, como bancários, na discussão do **Horário de Trabalho Nacional**, realizou-se há já alguns dias, no sindicato (Lisboa) uma reunião de delegados alargada a todos os trabalhadores.

Analisado este problema nos seus variados aspectos e tendo sido presentes à assembleia várias propostas, de entre elas foram aprovadas as seguintes:

— Considerando as alterações imprevisíveis na vida política e económica do País;

— Considerando que a tomada de posição dos trabalhadores em relação ao horário de trabalho está intimamente ligada a essa evolução;

— Considerando que qualquer solução relativa a esse horário pode ser prejudicada pela referida evolução;

— Considerando ainda que, apesar de todas as conquistas efectuadas apontarem para a socialização da vida do País, essa via não está seguramente garantida;

Propõe-se:

1 — Os trabalhadores da caixa só aceitarão alterações do seu horário de trabalho, no seu agravamento, depois da efectivamente conquistado pelos trabalhadores o aparelho económico e político e do o colocar ao seu serviço.

2 — Os trabalhadores da caixa serão solidários e participarão na conquista desse poder político e económico no conjunto de todas as lutas desencadeadas e a desencadear pelos trabalhadores.»

Núcleos da emigração

O dia 11 de Março é mais uma data a juntar ao 25 de Abril e ao 28 de Setembro na história da destruição do fascismo em Portugal e na conquista da liberdade para o nosso povo.

O que se passou no dia 11 de Março foi uma tentativa desesperada de Spínola e de alguns oficiais reaccionários que o apoiavam para retomarem o poder e porem fim às conquistas que os trabalhadores e o povo em geral têm alcançado desde há quase um ano.

No dia 11 de Março à noite houve grandes manifestações populares de apoio ao M.F.A.; milhares de pessoas gritaram bem alto que «A reacção não passará».

Trabalhadores emigrados, o poder tem de ser do povo. A imprensa suíça, assim com a dos outros países da Europa onde trabalham muitos de nós, querem fazer crer que o que se passa em Portugal é a luta de um punhado de militares contra outros. Isso é falso. **A luta é entre a grande maioria do Povo Português contra os burgueses capitalistas que durante tantos anos os exploraram e que não querem perder os seus privilégios.**

Só a unidade do povo com o M.F.A. pode garantir a construção de um poder verdadeiramente popular. É preciso castigar os autores deste golpe falhado, sanear definitivamente indivíduos cujos interesses continuam a ser os do regime de antes do 25 de Abril! Temos que reforçar as conquistas que o Povo Português alcançou durante este ano.

Em Lisboa e no Porto as sedes dos partidos de direita, representando os interesses dos burgueses, o C.D.S., o P.D.C. e o P.P.D. foram destruídas. O M.F.A. decidiu remodelar o Governo e criar um Conselho da Revolução que será o órgão supremo do M.F.A. e que estará à frente do processo revolucionário no nosso país. Uma das primeiras medidas já tomadas foi a nacionalização de todos os bancos portugueses, que estarão assim sob o controle directo do Estado.

Trabalhadores emigrados, hoje mais do que nunca temos que estar atentos ao que se passa no nosso país. Só um Governo representando verdadeiramente os interesses dos trabalhadores poderá encontrar soluções para os problemas do nosso país e para os nossos, portugueses obrigados a trabalhar longe de Portugal. **Os países capitalistas da Europa - França, Suíça, Alemanha e sobretudo a América estão prontos a ajudar um regime de direitas em Portugal, pois eles são pelo poder dos patrões. E isso sabemo-lo nós que vivemos aqui todos os dias a exploração dos patrões suíços.**

Trabalhadores unidos dentro e fora de Portugal!

Construamos em Portugal uma verdadeira democracia do povo!

Núcleo do M.E.S. na Emigração

Sede Expedição — mudou para a Av. D. Carlos I, 146-128, Lisboa Tel. 600064

Admin./redacção: R. Rodrigues Sampaio, 79 r/c Lisboa (T. 535438)

Portalegre

A exploração capitalista não se reduz apenas aos locais de trabalho, às duras condições de trabalho e ao facto dos trabalhadores receberem somente uma pequena parte do valor que produzem.

São vários os problemas que se levantam aos trabalhadores face a questão da habitação. Recorde-se apenas o elevado nível das rendas de casa, superlotação dos bairros populares, a aguda falta de casas.

Os problemas apontados são particularmente sentidos aqui em Portalegre, cidade com falta de casas, em que bairros como o Atalaião se encontram desprovidos das necessárias infraestruturas (zonas verdes, por exemplo), **em que bairros como a Vila Nova apresentam habitações onde chove, algumas autênticos pardieiros, em que se amontoam famílias inteiras sem o mínimo de salubridade e conforto.**

O Movimento de Esquerda Socialista considera uma autêntica provocação e ofensa à população de Portalegre a existência de casas vazias, praticamente ao abandono enquanto famílias completas não conseguem uma habitação condigna.

O núcleo do M.E.S. de Portalegre ocupou uma casa desabitada desde 1963, em progressiva destruição, não estando declarada na Câmara Municipal como devoluta e portanto em situação ilegal.

O apoio que a população nos deu ao visitar a casa que ocupamos certifica-nos da justeza da iniciativa tomada.

— Casas vazias não!

— Na luta pela habitação lutemos pelo Socialismo

— Lutar, criar poder popular

O núcleo do M.E.S. de Portalegre

Portalegre, 30 de Março de 1975

Comício em Setúbal

No passado dia 2 de Abril, dia da abertura da campanha eleitoral, o MES realizou o seu segundo comício na cidade de Setúbal.

Cerca de três centenas de pessoas enchiam o salão da FNAT para ouvir os candidatos do nosso Movimento pelo distrito.

Abriu a sessão o camarada Rogério de Jesus que explicou as origens do nosso Movimento, a sua linha política e a sua actuação pré-25 de Abril. Foi focada a necessidade de um inquérito rigoroso ao 11 de Março e castigo severo dos seus responsáveis. A noção de socialismo foi também debatida, tendo sido desmascarado o oportunismo com que certas organizações, entre elas o P.S., a utilizam com finalidades eleitoralistas e de logro das pessoas menos esclarecidas.

Foi também desmistificado o «slogan» da «democracia pluralista de cariz burguesa», veículo de dominação refinada sobre as classes exploradas.

Ao terminar a sua intervenção o camarada Rogério de Jesus criticou o reformismo do PCP que tem caluniado e desvirtuado as lutas dos trabalhadores que escapam à sua óptica, alertando para o perigo real que representa para os trabalhadores tal estratégia que lhes pode acarretar uma grande derrota.

Seguidamente falou o camarada Carlos Pratas, que apontou as vitórias obtidas pós-11 de Março, tais como as nacionalizações da Banca e Seguros e institucionalização do MFA do Conselho da Revolução. Focou seguidamente as alternativas do processo político em curso: **ou caminha para o Socialismo ou para o Estado Autoritário de fachada democrática.** Fez também a análise da actuação do patronato organizado (=reacção) e as formas de resposta da classe explorada através da criação dum real poder operário e popular.

Terminou a sua intervenção expondo a óptica do MES frente ao actual período eleitoral: **unidade das forças políticas verdadeiramente representativas da classe operária e seus aliados, para o isolamento das forças reaccionárias e garantia de avanços irreversíveis do processo em curso, ao mesmo tempo que defendem um apoio crítico e organizado aos elementos progressistas do MFA.**

Terminou a sessão o camarada Vítor Wengorovius que expôs o tema do «valor da liberdade na luta do proletariado». Focou o problema sindical e a necessidade das estruturas sindicais estarem verdadeiramente ao serviço dos trabalhadores. Terminou a sessão reforçando a ideia já exposta **da necessidade da criação do poder popular a todos os níveis — dos quartéis aos concelhos de aldeia, das comissões de moradores às comissões de trabalhadores nas fábricas.**

Guimarães

O Núcleo de Guimarães do Movimento de Esquerda Socialista, depois de ter esgotado esforços no sentido de conseguir legalmente a sua sede, e sendo sistematicamente negado o aluguer por vários senhorios que encontram neste acto um meio para boicotar a actividade política das organizações de esquerda; estando neste momento com deficiências de organização em virtude de os seus militantes, aderentes e simpatizantes não se poderem reunir num local único e funcional, viu-se na necessidade de ocupar a antiga sede da ex-Mocidade Portuguesa Feminina, e ex-P. I. D. E./D. G. S., na Rua da Rainha n.º 139, 2.º e 3.º desta cidade.

Desde já, o Núcleo de Guimarães do Movimento de Esquerda Socialista compromete-se a cumprir todas as disposições legais no sentido de normalizar a situação.

Núcleo de Guimarães do M. E. S.

SEDES

Águeda R. Dr. Adolfo Portela, 22

Almada Praceta D. Isabel (R. Projectada à R. D. João de Castro), anexo 6

Angra do Heroísmo R. Conselheiro Jacinto Cândido, 7

Aveiro Av. Araújo e Silva, 22

Barcelos, Av. da Liberdade, 60-1.º

Beja R. dos Infantes, 14, T. 22789

Braga Av. da Liberdade, 362-2.º, T. 27643

Caldas da Rainha Trav. 5 de Outubro, 22

Cascais R. Araújo Viana, 6

Castelo Branco R. João de Deus, 54/58 T. 833

Castro Verde R. Nascimento Costa

Chaves, R. das Longras, 20-2.º

Coimbra R. Ferreira Borges, 125-3.º - Tel. 27718

Covilhã, Praça do Município, 84-2.º - Telef. 24486

Cuba, R. Serpa Pinto, 15

Espinho R. 19, n.º 57 r/c

Estarreja

Estremoz Largo da República 42

Faro, R. Reitor Teixeira Guedes, 45 Tel. 26100

Figueira da Foz Rua da República, 102, 1.º

Guarda R. Augusto Gil, 1 - 1.º

Guimarães Rua da Rainha 139-2.º e 3.º

Lamego Praça do Comércio, 93 - 3.º

Leiria Rua Tenente Valadim 66 R/c drt.º

Lisboa Av. D. Carlos I, 130, T. 600065

Av. D. Carlos I, 146-1.º Drt. - Tel. 607127/28

R. Rodrigues Sampaio, 79, r/c Esq. **(Jornal)** - Tel. 535438

Arroios Rua de Arroios, 88 - 1.º

Campo de Ourique R. Silva Carvalho, 255 - 1.º

Moscavide R. dos Combatentes da Grande Guerra 51-B

Oliveira de Azeméis R. Luís de Camões, 21

Ovar, R. Alexandre Sá Pinto, 64

Peniche R. Alexandre Herculano, 16/18

Ponta Delgada R. Tavares Resende, 100

Ponte de Lima, Av. António Feijó

Portalegre, R. Guilherme Gomes Fernandes, Tel. 817

Porto, R. Gonçalo Cristóvão R. 31 de Janeiro 150-2.º - Tel. 319569

Bonfim R. do Bonfim, 104

S. João da Madeira, R. Vasco da Gama, 262

S. Pedro do Sul L. de S. Sebastião

Santarém R. Pedro de Santarém, 36, T. 23199

Seia R. Capitão António Dias

Serpa R. do Calvário, 29

Setúbal R. José Adelino, 13 ao L. da Fonte Nova

Sintra, Vila Velha, R. Consiglier Pedroso

Viana do Castelo R. de Altamira, 85/87

Praça da República, 52

Vila de Punhe (Neves)

Vila Nova de Gaia R. Teixeira Lopes, 123

Viseu Trav. Cândido dos Reis, 37

nas eleições

AVEIRO

9 de Abril **Vairas**, Junta de Freguesia
Anadia, escola secundária
Paramos, Junta de Freguesia
10 de Abril **Troviscal**, Ass. Rep. de Troviscal
Oliveira de Azeméis, Nogueira do Cravo, escola primária
Albergaria-a-Velha, escola preparatória
11 de Abril **Couto de Cucujães**, escola primária
Águeda, escola secundária
12 de Abril **S. João de Loures**, escola primária
Aveiro, ginásio do Liceu José Estêvão
13 de Abril **Oliveira de Azeméis**, ginásio do liceu
14 de Abril **Pardilhó**, Junta de Freguesia
S. João de Ver, Junta de Freguesia
Macoira de Cambra, Junta de Freguesia
15 de Abril **Oliveira de Azeméis**, César
16 de Abril **Branca**, Escola das Laginhas
Valongo do Vouga, C. do Povo
Sangalhos, Sangalhos Desporto

BEJA

9 de Abril **Beringel**, Casa do Povo, 21.00
10 de Abril **Quintos**, 21.30
11 de Abril **Aljustrel**, 21.00
12 de Abril **Ervidel**, 21.30
13 de Abril **Trindade**, 21.00
14 de Abril **Ferreira do Alentejo**, 21.30
15 de Abril **Picalho**, 21.30
16 de Abril **Moura**, 21.30

BRAGA

9 de Abril **Dume**, escola, 21.30
Moreira de Carregos, 21.30
Balugães, 21.30
10 de Abril **Palmeira**, escola
S. Torquato, 21.30
V. Fresquinha de S. Martinho, 21.30
11 de Abril **Esposende**, Salão dos Bombeiros, 21.30
12 de Abril **Barcelos**, Cineteatro Gil Vicente, 21.30
13 de Abril **Lomar**, escola, 21.30
14 de Abril **Gualtar**, escola primária, 21.30
15 de Abril **Tadim**, escola primária, 21.30

SETÚBAL

9 de Abril **Azinheira de Barros**, Casa do Povo
Barreiro «Francesas»
Palmela, Soc. Filarmónica Humanitária
Charneca da Caparica, Clube Recreativo Charnequense
10 de Abril **Lousel**, Salão de Festas do Pessoal do Lousel
Cova da Piedade, S. F. V. A. P.
Quinta do Anjo, Soc. Instrução Musical
Alhos Vedros, Soc. Cooperativa Operária
11 de Abril **Abela**, Casa do Povo

LISBOA

9 de Abril **Vale de Figueira (S. João da Talha)**, 21.00
Torres, Clube Artístico e Comercial, 21.30
Lisboa, Casalas F. C., 21.30
Castanheira do Ribatejo, J. Castanheira, 21.30
Lisboa, sede F. N. A. T. (calçada Santarel), 21.30
Lisboa, Marvila, Fábrica Nacional, 18.30
Lisboa, Benfica, Academia Grandela, 21.30
Lageal, Oeiras, Ass. Recreativa, 21.30
10 de Abril **Sacavém**, Cooperativa Sacavenense, 21.00
Moscavide, Club Atlético de Moscavide (prep. de Encontro de Trabalhadores), 21.30
Lisboa (Amoreiras), Fima-Lever, 18.00
Lisboa, Ajuda, Apolo, 21.30
Amadora, Cinema Recreios, 21.30
Lisboa, Combatentes, 21.30
Lisboa, Marvila, Baptista Russo, 18.00
11 de Abril **Camarate**, Grupo Águias de Camarate, 21.00
Brandoa, Salão Polivalente, 21.30
Lisboa, Ajuda, Sport Clube Rio Seco, 21.30
Runa, Casa do Povo, 21.30
Lisboa, Picheleira, Clube Vitória Picheleira, 21.30
Venda Seca, Campo de Tiro, 21.30
Lisboa, Lumiar, Academia José Estêvão, 21.30
12 de Abril **Apelão-Moscavide**, 21.00
Lisboa, Club Recreativo CTT, 21.30
Tercena, 21.30
Massamá, Gin. Escola Preparatória, 21.30
Lisboa, Prazeres, Ordem e Progresso, 21.30
Lisboa, Benfica, Palmense, 21.30
13 de Abril **Lisboa**, 2.º Bairro, Imparcial, 21.30
Lisboa, Mouraria, Clube Mouraria, 21.30
Oeiras, Istituto de Reeducação, 21.30
Barcarena, 21.30
14 de Abril **C. A. T. Covina**, 21.30
Sintra, Liceu, 21.30
Magoito, 21.30
Vialonga, Casa do Povo, 21.00
Tercena, Grupo Recreativo, 21.30
15 de Abril **Lisboa, Alfama**, 21.30
Lisboa, Ajuda, Recreativo de Ajuda, 21.30
Mem Martins, Progresso Clube, 21.30
Lisboa, Lumiar, Academia Lumiar, 21.30
Talaide, 21.30
16 de Abril **Santos**, Guilherme Cônsul, 21.30
Bobadela, 21.00
Lisboa, Arroios, Clube Desportivo Arroios, 21.30
Linda-a-Pastora, Bombeiros, 21.30

LEIRIA

9 de Abril **Leiria**, Grémio Recreativo Literário, 21.00
Caldas, Cela do Barril, Clube Cultural de Cela, 21.00
Peniche, Atouguia, Soc. Filarmónica, 21.00
10 de Abril **Leiria, Gaia**, Salão Gulense, 21.00
Caldas, Bendita/Turquel, Salão Paroquial, 20.30
Peniche, Ansião, Salão dos Bombeiros, 21.00
11 de Abril **Leiria, Vieira de Leiria**, Biblioteca, 21.00
Caldas, S. Gregório, Salão Paroquial 21.00
Peniche, Alvaiázere, Salão dos Bombeiros, 21.00
12 de Abril **Leiria, Monte Real**, Casa do Povo, 21.00
Caldas, Salir de Matos, Salão Paroquial, 21.00
Peniche, Serra del Rei, 21.00
13 de Abril **Leiria, Castanheira de Pera**, Salão dos Bombeiros, 16.00
Leiria, Figueiró dos Vinhos, Casa do Povo, 21.00
Caldas, Santa Catarina, Salão Paroquial, 15.30
Peniche, Ass. Recreativo Penichense, 21.00
14 de Abril **Leiria, Várzea**, Escola Primária, 16.00
Leiria, Parceiros, Escola Primária, 21.00
Caldas, Aljubarrota, Escola Primária, 21.00
Peniche, Geraldo, Escola Primária, 21.00
15 de Abril **Leiria, Pousos**, Salão Filarmónica, 21.00
Caldas, Alcobaça, antiga sede do M.D.P.-C.D.E., 21.30
Peniche, Boltos, Escola Primária, 21.00
Peniche, Urbeira, Soc. Recreativa, 21.00
16 de Abril **Leiria, Marinha Grande/Picassinos**, Ordem 1.º de Janeiro, 21.00
Peniche, Pó, Café Martins, 21.00
Peniche, A dos Negros, Grupo Desportivo, 21.00

PORTO

9 de Abril **Gaia**, Cine Brazão Valadares, 18.00
Póvoa de Varzim, Escola Comercial de Póvoa, 21.30
Santo Tirso, Escola Primária de Trofa, 21.00
Passos de Ferreira, Escola Primária de Raimonda
10 de Abril **Matosinhos**, Grupo Folclórico de São Tiago de Custóias, 21.30
Matosinhos, Cinema São Mamede, 21.30
Maia, Escola Dramática de Milheirós, 21.30
Vila do Conde, Escola Primária do Mindelo, 21.30
Penafiel, Escola Primária de Lagares, 21.30
Lousada, Centro de Recreio Popular de Nespereira, 21.30
11 de Abril **Porto**, Atlético Clube de Monte dos Burgos
Gaia, Cinema Floresta Lever
Maia, Bombeiros Voluntários Moreira da Maia
Gondomar, Associação Recreativa Rio Tinto
Vila do Conde, Bombeiros de Vila do Conde
Paredes, Bombeiros Voluntários de Baltar
12 de Abril **Porto**, Encontro de Professores da Região Norte Garcia da Horta, 15.00
Gaia, Pavilhão do Futebol Clube de Gaia
Passos de Ferreira, Salão do Largo da Feira Nova Freamunde
Lousada, Cineteatro de Vila Meã, 15.00
Paredes, Bombeiros Voluntários de Cete
13 de Abril **Porto**, Orfeão do Foz do Douro
Matosinhos, Bombeiros Voluntários de Leixões
Gondomar, Bombeiros Voluntários de Gondomar

COIMBRA

9 de Abril **Mira**, Casas do Povo, 21.00
10 de Abril **Condeixa-a-Nova**, Casa do Povo, 21.00
11 de Abril **Buarcos**, Figueira da Foz, Grupo «Caras Novas», 21.00
12 de Abril **Lousã**, 21.00
Conselhas, 21.00
Dianteiro, 21.00

CASTELO BRANCO

9 de Abril **Covilhã**, Nova Penteação e Fiação, 15.00
Covilhã, Grupo de Instrução e Recreio Campo Meio, 21.00
10 de Abril **Belmonte**, 21.00
11 de Abril **Teixoso**, 21.00
12 de Abril **Castelo Branco**, 21.30
13 de Abril **Ferro**, 14.30
Pero Boa, Benquerença, 21.00
Monforte, Polvarilho

SANTARÉM

9 de Abril **Tramagal**
Salvaterra de Magos
10 de Abril **Golegã**
Almeirim
11 de Abril **Cartaxo**
12 de Abril **Alcanhões**
13 de Abril **Abrantes**
14 de Abril **Alcanena**
Póvoa de Santarém

PORTALEGRE

10 de Abril **Arronches**, 21.00
11 de Abril **Castelo de Vide**, 21.00
12 de Abril **Montargil**, 18.00
Ponte de Sor, 21.00
13 de Abril **Sousel**, 21.00
Avis, 18.00
14 de Abril **Comenda**, 21.00
16 de Abril **Monforte**, 21.00

FARO

9 de Abril **Pechão**, Club Oriental, 21.30
Armação de Pera, Casino, 21.30
Lagos, Sociedade Lacobrigense, 21.30
10 de Abril **Moncarapacho**, Casa do Povo, 21.30
Conceição de Tavira, Casa do Povo, 21.30
Monchique, Casa do Povo, 21.30
11 de Abril **Castro Marim**, Cinema Mariani, 21.30
Quarteira, Cinema Mariani, 21.30
S. Marcos, Soc. Recreativa, 21.30
12 de Abril **Vila Real de S. António**, Lusitano, 21.30
13 de Abril **Tavira**, Cinema Ant. Pinheiro, 17.00
Montenegro, Cinema Mariani, 21.30
14 de Abril **Alcoutim**, C. do Povo, 21.30
Estói, Cinema ossonoba, 21.30
Portimão, salão da C. dos Pescadores, 21.30
15 de Abril **Poço do Boliqueime**, Soc. Rec. de Boliqueime, 21.30
Conceição de Faro, Casa do Povo, 21.30
Tunes, Club Instrução e Recreio Tunense, 21.30
16 de Abril **Fuseta**, Cinema Topázio, 21.30
Luz de Tavira, C. do Povo, 21.30
Paderne, C. do Povo, 21.30

VIANA DO CASTELO

9 de Abril **Anha**, C. do Povo, 21.30
10 de Abril **Meadela**, C. do Povo, 21.30
11 de Abril **Monção**, Escola Deuladeu Martins, 21.30
12 de Abril **Arcos de Valdevez**, Liceu, 21.30
13 de Abril **Vila Nova de Cerveira**, Ginásio do ciclo, 16.00
15 de Abril **Afife**, C. do Povo, 21.30
16 de Abril **Vila Praia de Âncora**, Cineteatro dos B. Voluntários, 21.30

Rádio Clube Português

10 Abril	22.40-22.50
12	14.40-14.50, 22.50-23.00, 23.00-23.10
13	23.20-23.30
14	14.40-14.50, 22.50-23.00

Emissora Nacional

9 Abril	19.50-20.00
10	19.20-19.30
13	19.40-19.50
15	20.00-20.10

Emissores Regionais de Lisboa

9 Abril	07.00-07.10
10	07.10-07.20
11	22.45-22.55
12	23.15-23.25
13	22.45-22.55
14	22.15-22.25
16	07.00-07.10

Rádio Renascença

9 Abril	23.10-23.20
10	10.00-10.10
11	23.30-23.40
12	22.30-22.40
14	22.30-22.40
14	22.40-22.50, 23.40-23.50

Televisão

9 Abril	20.30-20.40 — crise económica e sequelas operária
12	13.40-13.50 — a crise do ensino e a frente cultural
13	20.10-20.20 — luta operária

LISBOA
— INSTALAÇÕES DA NOVA SEDE

A nova sede da Organização Regional de Lisboa já instalada na Av. D. Carlos I, 130, necessita de muito material (cadeiras, mesas, máquinas de escrever, etc.) que não podemos comprar neste momento. Todos os militantes aderentes e simpatizantes que possam conseguir algum desse material devem contactar imediatamente o secretariado da O.R.L. (Tel. 600054) — **8/4/1975**

quando o PCP faz de PSP...

Quando guardava um cartaz que esclarecia alguns pontos acerca do processo das destruições do Liceu de Almada, António Manuel Soares, professor daquele estabelecimento foi intimado por três indivíduos (um dos quais exibia uma pistola) a entrar numa viatura que posteriormente se dirigiu para o Forte da Almada.

Nesta unidade militar os provocadores que haviam sequestrado o professor Soares, exigiram que o oficial de dia o mantivesse sob custódia, tendo um deles de apelido Catarino, invocado a qualidade de militante do PCP.

Posteriormente, António Manuel Soares veio a ser libertado após a comparência das forças do COPCON, que neste momento estão na posse da identidade dos provocadores.

Porque tais provocações, que não são isoladas, começam a assumir uma gravidade extrema, não pode o Núcleo do MES de Almada deixar de denunciar tais actos.

O Núcleo do MES de Almada alerta toda a população e, em especial, os pais dos alunos do Liceu de Almada, para o facto de **ser pura demagogia a campanha que agora se iniciou no sentido de desacreditar os professores daquele Liceu**, promovendo saneamentos fantoches, e outras perseguições pessoais

Soares aos amigos franceses..

O semanário francês «Le Canard Enchaîné» com data de 26 de Março publicava um artigo sobre a situação no nosso país da autoria do seu enviado especial Claude Angeli do qual transcrevemos algumas passagens.

«Já não são as nossas liberdades que estão em jogo, mas simplesmente as nossas vidas» disse Mário Soares numa reunião em privado com Antoine Blanca enviado especial de Mitterrand junto do s.g. do P.S. Outra frase do mesmo Soares destinada ela também a ser relatada a Mitterrend: «O golpe de Estado do 11 de Março é muito simplesmente um negócio montado pelos serviços secretos soviéticos do K.G.B.»

«Desde há quase um ano Mário Soares tenta conter a ofensiva comunista, procurando nomeadamente, um apoio do lado de Spínola.

«Em 27 de Setembro de 1974, na embaixada de Portugal em Paris, Soares confiou: «Spínola aproximou-se de nós, é preciso não deixar a direita abatê-lo».

«O momento foi particularmente mal escolhido: no dia seguinte devia realizar-se em Lisboa, a manifestação da «maioria silenciosa» convidada a mostrar-se pelo próprio general.

Nem por isso eles se separaram. O poeta Manuel Alegre, amigo de Soares e novo dirigente socialista, fará regularmente a ligação, com Spínola.

Segunda ligação entre Spínola e a equipa de Soares: o major Monge.

Nenhum jornal português relatou estes contactos que começam entretanto a ser conhecidos em Lisboa. Trabalha-se com luvas.»

Adiante-se para quem não sabe distinguir o que é «LE Canard Enchaîné» que se trata do semanário mais importante de França com uma venda de mais de 750 000 exemplares semanais, independente de partidos e da alta finança, sem uma linha de publicidade porque os leitores são dos mais assíduos desde há sessenta anos. É um caso à parte na imprensa francesa com um estilo próprio e muito mais conhecido, divulgado e tido em consideração do que o «Nouvel Obs» ou o «Express» que gostam de referir os portugueses entendidos em francofonia.

N.º 2

Poder Popular

estar com o MES no processo eleitoral é contribuir para que na constituinte se exprimam os avanços do poder operário e popular

exijamos um verdadeiro inquérito ao 11 de março

só o exército popular é um exército revolucionário

Já saiu o n.º 2 de Poder Popular, órgão de agitação do MES, contributo para a organização de um poderoso movimento de massas anti-capitalistas

De momento apenas é certo que viverá até ao 1 de Maio

Como muitos assinates do E S têm mostrado interesse em receber este jornal, inserimos o cupão abaixo que poderão remeter-nos para Av D Carlos I, 146 - 1.º

---

assinante n.º ______ de E. S. pretende receber o Poder Popular

para o qual envia 30$00 em vale ou selos de correio

Nome ______

Morada ______

Localidade ______ Profissão ______

Poder Popular Av. D. Carlos I, 146-1.º Lisboa

de Itália para Portugal internacionalismo proletário

Na passada 2.ª feira, dia 1 de Abril, um grupo de camaradas da organização italiana Lotta Continua, com a qual o nosso Movimento mantém excelentes relações, deu em Lisboa uma conferência de imprensa em que apresentou as suas opiniões sobre a actual situação portuguesa. O grupo era constituído por três camaradas operários, delegados de conselhos de fábrica, enviados a Portugal pelos restantes trabalhadores, e por dois camaradas da direcção de Milão e nacional de Lotta Continua.

Os camaradas de L.C. comprometeram-se a desenvolver em Itália, junto das camadas trabalhadoras, uma ampla campanha contra a informação burguesa que deturpa o real sentido do processo actualmente em curso em portugal.

Publicamos a seguir o comunicado de L.C. distribuído na conferência de imprensa.

A classe operária italiana ao lado do povo português na luta contra o capitalismo e o imperialismo.

A extraordinária mobilização da classe operária e das massas populares portuguesas foi profundamente sentida pelas massas em Itália. As derrotas da tentativa de golpe do 28 de Setembro e, sobretudo, a do golpe falhado do 11 de Março, foram vitórias saudadas com entusiasmo pelos operários italianos. Há uma razão para isso. Sempre que os interesses do imperialismo, dos grandes monopólios, de todos os capitalistas, são atacados pela força do combate de classe, a reacção responde com a violência, com a provocação, com o massacre. Assim aconteceu na Itália em 1969: no momento em que as lutas operárias recomeçavam em força, renasceu o terrorismo fascista. Assim acontece agora em Portugal, pois a burguesia nacional e internacional não pode aceitar que, em **Plena Europa**, se inicia um

A Democracia-Cristã italiana não é muito diferente do chamado Partido da Democracia Cristã português, é certo ainda um partido de massa e não só um bando de golpista. Mas se Fanfani apoia Osório, é porque o D.C. italiano sempre cobriu os fascistas e os golpistas, em Itália e em todo o mundo, porque é o partido dos grandes monopólios, da submissão ao imperialismo, da NATO; porque é o partido que melhor sustentou a linha golpista de Frei, no Chile.

É muito grave que o Partido Comunista Italiano e a direcção dos sindicatos italianos tenham levado até ao fim a sua linha de capitulação perante a burguesia, até ao ponto de apoiar as forças reaccionárias que, em todo o mundo, estão a preparar o cerco imperialista da revolução portuguesa.

Nós, operários, estamos aqui para manifestar o contrário, para demonstrar que o proletariado do nosso país está ao lado da classe operária portuguesa, que apoia com decisão todas as forças revolucionárias portuguesas e que apoia o sector mais avançado do M.F.A. na sua luta contra o imperialismo e pela independência nacional. Mas é preciso dizer um pouco mais: na luta contra a **reacção não pode haver hesitações e devem-se usar todas as armas.** Mas, ao contrário, na resolução das contradições no seio do povo o uso da força é uma coisa muito grave. Por isso condenamos todas as tentativas sectárias.

As linhas erradas devem ser derrotadas na luta política. Além do mais, as massas não têm nenhum inimigo à esquerda.

Sabemos, no entanto, que a reacção internacional não desarmará. Que tudo depende da força da classe operária e da unidade do povo. **Estamos a aprender de Portugal que é possível «golpear o golpe»** e isto é muito importante para nós. Cremos que a libertação do imperialismo não pode ser atingida senão através da libertação do capitalismo e da exploração: por isso mesmo, a luta operária contra a crise económica, a luta pelo saneamento, a luta pela independência nacional, pela independência das superpotências e pela solidariedade com a classe operária e os povos oprimidos de todo o mundo, são os objectivos do proletariado português que olhamos com maior atenção.

A solidariedade com o processo revolucionário português, **com a luta revolucionária do povo português, é hoje em dia parte integrante da política de classe em Itália. A Europa não terá o seu Chile.**

Lotta Continua, como organização comunista de vanguarda, empenha todas as suas forças, para que seja máxima a mobilização, para que múltiplos conselhos de fábrica se dissociem das graves acusações dos sindicatos contra o processo revolucionário português. Para que os operários, os soldados, as massas populares, os jovens e todos os antifascistas, sejam informados com precisão da vossa luta. Tudo isto **se liga à nossa batalha anti-imperialista, para a saída de Itália da NATO, que denunciamos como o maior veículo e sustentáculo do fascismo na Europa.** Foi grande a mobilização da massa pelo Chile, e o governo italiano foi o único obrigado a não reconhecer a Junta de Pinochet, graças à força operária.

Estamos prontos a descer às ruas, ao vosso lado. O imperialismo não derrotará o povo português. A nossa batalha, por um Mediterrâneo de paz e por uma Europa livre das superpotências, vencerá. **A nossa saudação é um compromisso**

Viva o internacionalismo proletário!